



A SRA. ILDA ANGÉLICA CORREIA - Bom dia! (*Manifestação na plateia.*)

Nós já vamos começar. A Deputada Conceição, a Presidente da Comissão, já chegou.

Deputada, nós gostaríamos de pedir, por gentileza, que fizéssemos uma oração antes de iniciarmos. Podemos?

A SRA. PRESIDENTE (Conceição Sampaio. Bloco/PSDB - AM) - Pode! Com muita honra.

A SRA. ILDA ANGÉLICA CORREIA - O.k. Vamos ficar de pé e dar as mãos. Este dia, para nós, é histórico, é um momento histórico, é um momento decisivo.

Vamos rezar a oração que Jesus Cristo ensinou a todos nós.

(É entoada a oração.) (Palmas.)

A SRA. ILDA ANGÉLICA CORREIA - Muito obrigada, Deputada.

Há alguém de Dourados aqui? (*Pausa.*) Não.

A SRA. PRESIDENTE (Conceição Sampaio. Bloco/PSDB - AM) - Bom dia a todos e a todas! Bom dia aos nossos agentes de saúde do Brasil inteiro! Sejam bem-vindos à Casa que é de vocês, que é a Casa do povo brasileiro. (*Palmas.*) Para nós, é uma satisfação tê-los e tê-las aqui conosco nesta manhã.

Declaro aberta esta reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet, no *site* da Câmara. Informo ainda que as imagens e o áudio estarão disponíveis para serem baixados na página desta Comissão, logo após o encerramento dos trabalhos, e que as fotos do evento serão disponibilizadas no banco de imagens da *Agência Câmara*, na página da Câmara.

Esta reunião de audiência pública foi convocada nos termos do Requerimento nº 319, de 2016, do Deputado Raimundo Gomes de Matos; do Requerimento nº 322, de 2016, do Deputado Valtenir Pereira; e do Requerimento nº 332, de 2016, do Deputado Odorico Monteiro e subscrito pelos Deputados Jorge Solla, Carmen Zanotto, Dr. João, Alexandre Serfotis, Marx Beltrão, Geraldo Resende e Zenaide Maia, aprovados por esta Comissão para debater as Portarias nºs 958 e 959, de 10 de maio de 2016, do Ministério da Saúde, que, respectivamente, alteram o Anexo I da Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, para ampliar as possibilidades de composição das equipes de atenção básica e



definem o valor do incentivo referente ao acréscimo de profissionais na equipe multidisciplinar do Saúde da Família.

Quero também agradecer a presença de todos os agentes de saúde deste País que já estão presentes, assim como dos demais colegas que estão em outros plenários e que vieram a Brasília lutar pela própria vida. Essa é uma luta da vida de cada um de vocês e, certamente, também de cada Parlamentar que tem aqui o dever de representá-los. *(Palmas.)*

Também agradeço a presença de Anne Elizabeth Antunes, Diretora do Departamento de Atenção Básica, do Ministério da Saúde; do Sr. Paulo César Ribeiro, da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ; do Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde — CONASEMS, da Sra. Ilda Angélica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde — CONACS *(palmas)*; e do Sr. Fernando Cândido do Nascimento, Presidente da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias — FENASCE. *(Palmas.)*

Quero agradecer, com muitos aplausos, a todos os representantes que estão aqui, da Bahia, do Pará, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Goiás, de Tocantins, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Santa Catarina, do Ceará, do Maranhão, do Piauí, da Paraíba, de Pernambuco, de Sergipe, do Rio Grande do Norte e de Alagoas. *(Palmas.)*

Antes de passar o comando desta audiência ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, eu quero convidar o Deputado Alexandre Serfiotis e os demais Deputados que estão aqui para que venham se unir a esta Mesa de início dos trabalhos.

Meus queridos e queridas, quero agradecer a Deus não só pela honra que me concede de estar à frente da Comissão de Seguridade Social e Família, mas por este momento. Nós aqui sabemos a dificuldade que é para cada homem e para cada mulher sair de seu Estado e vir a Brasília dizer: "*Nós queremos ser ouvidos!*" Sei que essa é uma luta permanente, é uma luta que só estamos iniciando. Mas gostaria também de dizer que a nossa Comissão está à inteira disposição dos senhores e senhoras.

Em 1999, eu conheci mais de perto o trabalho do agente de saúde e de combate às endemias lá no Amazonas. Infelizmente, eu vejo que os nossos agentes não tiveram a chance de estar aqui, mas sei que o Brasil está aqui e fala também pelo Estados que não conseguiram vir. *(Palmas.)*



Nós sabemos qual é a dificuldade de vocês fazerem um trabalho porta a porta, para levar o acesso à saúde a quem precisa. Quem mais precisa de vocês não é a pessoa que pode pagar um plano de saúde, quem mais precisa do agente de combate às endemias e do agente comunitário de saúde são as famílias carentes dos Estados brasileiros. E eu tenho certeza de que essa é uma luta de cada um e de cada uma. *(Palmas.)*

Entendemos que precisamos aumentar esse acesso e, é claro, faremos de tudo para travar qualquer guerra entre as categorias, porque cada profissional tem o seu espaço merecido e precisa ser respeitado. Então, façamos desta audiência pública um canal de possibilidades, para que nada possa interferir no trabalho que já é realizado. Se há algum problema, resolveremos o problema, mas não podemos atingir todos e todas que, no seu dia a dia, certamente tentam fazer o seu melhor.

Sejam bem-vindos à Câmara dos Deputados, que é a Casa do povo brasileiro!

Quero reconhecer o trabalho dos nossos Parlamentares, homens e mulheres valorosos e valorosas que estão nessa causa. Essa não é uma luta só de vocês, essa é uma causa que nós aqui estamos abraçando.

Também reconheço e agradeço o trabalho dos representantes de vocês, daqueles e daquelas que estão, todos os dias — não é, Deputado Odorico? —, cobrando de cada um de nós a sustação da portaria ou a reconstrução de uma decisão que seja boa para cada um. Portanto, cumprimento o trabalho dos representantes que vocês têm através da própria entidade de classe.

Não poderia deixar de destacar, já encerrando, que nós conversamos com o Ministro Ricardo Barros, do Ministério da Saúde. Ontem eu conversava com a Deputada Carmen e com o Deputado Odorico que essa portaria não é de hoje, mas acabou vindo à tona neste momento. Nós precisamos construir uma solução que seja definitiva. Não adianta uma solução paliativa, senão, amanhã, vocês terão que vir a Brasília novamente. É claro que serão muito bem-vindos, mas nós sabemos a dificuldade de quem precisa pagar sua passagem para chegar até aqui, sem ter um local para acolhê-lo. Portanto, nós precisamos fazer com que essa solução seja definitiva.

Neste momento, conseguimos sustar, embora não em definitivo, os efeitos da portaria, enquanto uma solução seja construída através de um grupo de trabalho tanto do Ministério da Saúde quanto de representantes de cada um e de cada uma nesta Casa. Este é o momento que nós estamos vivendo. Eu quero muito reconhecer isso.



Também existem nesta Casa alguns PDCs, instrumentos legislativos com os quais podemos, com aprovação, sustar esses efeitos. Agora, o que eu mais entendo como necessária é a construção de uma solução em parceria. Nós sabemos que contra a unidade não existe força maior, que, se nós estamos unidos, somos fortes. Então, espero que possamos sair desta Casa, no dia de hoje, com uma solução, se Deus quiser, construída! (*Palmas.*)

Eu passo, neste momento, a Presidência dos trabalhos ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Agradeço profundamente a presença de vocês. Estamos à inteira disposição. Que Deus nos abençoe e que possamos construir esse caminho da liberdade, porque sabemos que o que traz dignidade para um homem ou para uma mulher é o emprego! Este é o melhor caminho para a dignidade humana: o emprego.

Muito obrigada e sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Dando sequência à nossa audiência pública, queremos reafirmar o compromisso da Comissão de Seguridade Social e Família, através da Presidência da nossa Deputada Conceição, de fazer com que possamos oportunizar momentos como estes, com a compreensão dos demais Parlamentares, até porque esta sessão está sendo viabilizada também em virtude de a Deputada Carmen Zanotto ter aceitado alterar outra atividade que iria desenvolver. Nós temos que reconhecer este apoio da Deputada Carmen Zanotto.

Nós vamos ter que fazer a composição da Mesa com os convidados. Antes, porém, não poderíamos deixar de dar oportunidade aos Parlamentares para, num momento rápido, fazer seu posicionamento de apoio, até porque muitos deles terão outras audiências ainda na data de hoje.

Então, quebrando aqui o protocolo, já passo a palavra, por 2 minutos, ao Deputado Alexandre Serfiotis, para expressar o apoio a todos vocês.

O SR. ALEXANDRE SERFIOTIS (Bloco/PMDB - RJ) - Bom dia a todos. É um prazer recebê-los aqui nesta Casa que, como a nossa Presidente disse, é a Casa do Povo, está sempre aberta para este tipo de debate.

Eu sou médico, sou cardiologista de profissão. Fui Secretário de Saúde durante 8 anos, na minha cidade de Porto Real, no interior do Rio de Janeiro, onde nós implantamos o Saúde da Família com 100% de cobertura. Ali na nossa região, Porto Real



foi o Município que primeiro aderiu ao processo seletivo para contratação de agente comunitário de saúde, respeitando a imposição do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Isso trouxe um ganho enorme à equipe.

Quero dizer que, de fato, a Portaria nº 958, de 2016, de autoria do ex-Ministro José Agenor Álvares, ao alterar a Portaria nº 2.488, de 2011, e da forma como está redigida, dá a interpretação de que o Município está desobrigado a manter o agente comunitário de saúde na equipe do Saúde da Família, substituindo-o por técnico de enfermagem. Há de se questionar isso porque os trabalhos são distintos. O agente trabalha na educação e na promoção de saúde; e o técnico de enfermagem, no cuidado ao doente. Então, a atividade de um e de outro é importante para compor a equipe do Saúde da Família.

O Ministério suspendeu a portaria, que foi construída em consenso. Mas cabe questionar: se o objetivo da portaria é incluir o técnico de enfermagem nas equipes de Saúde da Família, então, por que está um ou outro trabalhador? Daí vem a dupla interpretação. E nós questionamos que isso desobriga os Municípios a terem o agente de saúde da família. Então, interessa ao Ministério da Saúde reduzir a participação do agente comunitário de saúde?

Na minha avaliação, o agente comunitário de saúde é extremamente importante. Como Secretário de Saúde que fui durante 8 anos, digo que sou um produto da saúde. A minha cidade é uma cidade pequena, de 20 mil habitantes apenas, no interior do Estado do Rio de Janeiro. E eu digo que foi este trabalho na saúde durante 2 anos, pelo qual nós fomos considerados pela FIRJAN a melhor saúde do Estado do Rio de Janeiro, que me proporcionou estar aqui hoje. Só a minha cidade, com 20 mil habitantes, não teria condições de eleger um Deputado Federal. Então, isso foi proporcionado pelo nosso trabalho de sucesso na saúde. E eu digo que foi um trabalho de equipe, com as equipes da Saúde da Família e, em especial, os agentes comunitários de saúde, que proporcionou que a saúde de Porto Real fosse considerada a melhor saúde do Estado do Rio de Janeiro. *(Manifestação na plateia.)*

Então, nós questionamos por que um ou outro se precisamos dos dois na equipe e perguntamos ao Ministério da Saúde: se a participação do agente é tão importante, por que essa portaria não é revogada? *(Manifestação na plateia.)* Nós entendemos que vamos ter dificuldade em construir um consenso, o que está longe de se construir.



Esta é a minha opinião, que deixo aqui ao Presidente. E faço este apelo, como Parlamentar, ao Ministério da Saúde. Já que o Ministério não tem a intenção de reduzir o número de agentes comunitários de saúde e as equipes do Saúde da Família, a melhor solução é revogar a portaria. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço já a participação do Deputado.

Nós iremos oportunizar que os demais Parlamentares também expressem o seu posicionamento. Estão aqui o Deputado Odorico, que também entrou como autor do requerimento, e a Deputada Carmen Zanotto, que o subscreveu.

Eu repasso a palavra ao Deputado Hélio Leite, por ter outros compromissos, por 2 minutos, para darmos sequência à audiência.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM - PA) - Quero dar um bom-dia a todos e a todas.

Com o devido respeito, cumprimento a delegação do Pará aqui presente *(palmas)*, cumprimentando também todos os que estão aqui presentes. Quero cumprimentar o nosso Deputado Raimundo, que preside este ato, e o Deputado Odorico, que, mais uma vez, mostra o comprometimento com a classe e é o autor deste requerimento.

A Deputada Conceição foi muito feliz quando falou que o trabalho feito por vocês atende aqueles que têm menos. Eu já fui Prefeito de Castanhal, no Estado do Pará, por 8 anos e sei, com certeza, da importância do acesso dos ACEs, aqueles que andam pela rua empoeirada, por igapó, pela rua asfaltada, com a poeira, com a chuva, com o cachorro e, às vezes, até o ladrão querendo tomar a bicicleta ou o celular. Vocês andam por todo o Município e têm ideia do raio-x. Lá no meu Estado, vejo gente que anda de barco por 1 hora ou 2 horas, para atender uma família. *(Palmas.)*

Então, tudo isso retrata o comprometimento de vocês com o papel que têm na sociedade, que é um papel muito importante. Eu tenho dito que vocês são as figuras primordiais para qualquer gestão.

Eu vejo aqui hoje algo diferenciado: vejo um Ministro que acho que não sabe o que é a saúde no interior *(manifestação na plateia)*, porque quem baixa uma portaria dessa espécie quer desfazer aquilo que foi construído ao longo do tempo. Os ACEs hoje fazem parte da saúde preventiva do Brasil. Quantos de vocês não detectaram e repassaram alguma coisa ao posto médico, a um centro de saúde ou a um hospital, ou encaminharam



as pessoas para fazer um exame, para fazer uma consulta e para ter um atendimento muito melhor?

Eu acho que, ao contrário, a portaria do Ministro está totalmente errada. Ele deveria ter respeito e valorizar mais a categoria de vocês. *(Manifestação na plateia.)*

Eu queria expressar aqui este meu sentimento de tristeza porque acho que o País atravessa um momento político-econômico crucial, em que precisamos economizar. E o ACS e o ACE ajudam a economizar quando vão buscar a questão da saúde preventiva, buscando aquilo que é fundamental para podermos avançar, cada vez mais, na saúde.

Eu recebi agora, com o devido respeito, de um representante do Ministério da Saúde um comunicado assinado pelo Ministro substituto dizendo que essa portaria vai ser analisada. Eu acho que não é isso que nós queremos. Nós queremos algo diferente, queremos que o Ministério tenha a ombridade de reconhecer o valor do ACS e do ACE e revogue a portaria. *(Palmas.)*

Eu quero aproveitar e propor algo aqui a esta Mesa. Tenho outro compromisso, outra audiência. Mas, Deputado Raimundo Gomes de Matos, com a aquiescência de V.Exa. e do Deputado Odorico Monteiro, acho que nós aqui temos um papel fundamental. Nós Parlamentares que temos compromisso com a saúde do País, com os ACEs e com os ACS, temos que fazer uma comissão, ir ao Ministro e pedir que revogue essa portaria, o que é fundamental para o progresso do País. Nós não podemos deixar que, daqui a pouco, o ACS e o ACE sejam banidos, pelo papel que têm na saúde pública.

Eu queria agradecer a oportunidade e parabenizar os Parlamentares presentes. Queria dizer a vocês que estão presentes que vocês são tão importantes que têm a coragem de se deslocar de ônibus, com sacrifício, ficando em albergue, ficando em qualquer canto, para poder defender os seus interesses. Eu sou grato a vocês como ser humano e pelo que fazem pelo Brasil.

Continuo firme e forte, defendendo cada um de vocês. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço ao Deputado Hélio Leite, que representa o Estado do Pará junto à nossa Comissão, pelo pronunciamento.

Vamos fazer um trato para otimizarmos e cumprirmos o horário, até porque, às 13 horas, nós temos que desocupar este auditório para outro evento. Este auditório foi viabilizado graças à Deputada Carmen Zanotto. Então, vamos fazer o máximo possível



para não interromper os palestrantes, a fim de chegarmos a uma conclusão no final desta audiência pública.

Passo a palavra à nossa Deputada Carmen Zanotto, que também é uma grande lutadora e foi a Relatora da emenda constitucional que vai garantir recursos para a saúde. Acredito que nós precisamos nos mobilizar para garantir essa fixação, para garantir os recursos para a saúde através da Emenda Constitucional nº 1, da qual Deputada Carmen Zanotto também foi Relatora.

Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Obrigada, nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos, um grande guerreiro de todos os agentes comunitários de saúde e da saúde pública como um todo.

Quero saudar o meu colega Deputado Odorico Monteiro, com quem enfrentamos grandes desafios nesta Casa e que já foi gestor municipal, já participou do Executivo Nacional junto ao Ministério da Saúde. Saúdo o Deputado Alexandre Serfiotis e a nossa Presidente, a Deputada Conceição Sampaio, que está fazendo um belíssimo trabalho à frente da Presidência da nossa Comissão de Seguridade Social e Família.

Quero saudar todos os agentes comunitários na pessoa da Ilda, que é a Presidente da Confederação; na pessoa da nossa sempre Presidente, da Presidente de honra, a nossa Ruth Brilhante; e na pessoa da Dra. Elaine, que corre de gabinete em gabinete, junto com os senhores, nessa defesa. *(Palmas.)*

Quero dividir com todos vocês uma grande alegria. Desde que nós começamos a luta, que vem lá de trás, com relação ainda à regulamentação do piso dos agentes comunitários de saúde, eu tive a honra e o prazer de receber uma delegação de Santa Catarina. Quero saudar aqui o Sr. Volmar de Souza Netto, Vice-Presidente da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do Município de Florianópolis, a Sra. Niceia Oliveira, a nossa agente comunitária de saúde também da Capital, e a Sra. Ádria Elisabeth Leal, Diretora do SINTRASEN, que possibilitou e apoiou a vinda deles a esta nossa reunião de audiência pública.

Sou enfermeira de formação. Falo aqui com muita tranquilidade porque já fui professora de vários dos agentes comunitários de saúde, inclusive como Secretária Adjunta e Secretária de Estado da Saúde, quando começamos a fazer as primeiras 400



horas de capacitação dos agentes. Quero dizer que nós precisamos continuar lutando para as outras 400 que não aconteceram, que eram uma proposta de Governo.

Nós temos que tomar um pouco de cuidado para reconhecermos o esforço do atual Ministro com relação a essa portaria. Tão logo ele assumiu o Ministério, um grupo de Parlamentares — estava lá o Deputado Odorico Monteiro, estava lá a Deputada Carmen Zanotto, estava lá a Deputada Conceição Sampaio — tinha recebido da representação dos senhores um documento mostrando essas portarias e a preocupação com elas. O Ministro de pronto acolheu e, como é uma deliberação tripartite, feita pelos Secretários Municipais, Secretários Estaduais e Ministério, pediu que a portaria não fosse aplicada até a construção coletiva com os outros dois pares.

Essa portaria foi ainda do período anterior. Isso precisa ficar claro. Eu não tenho aqui procuração de ninguém para fazer a defesa, mas preciso trazer para vocês que essa portaria não foi desses últimos dias, portanto ela foi anterior e deve ter sido fruto de um grande debate, que não vem ao caso aqui. Essa portaria trouxe conflito para nós, trabalhadores da saúde, em especial. Por quê? Porque nós temos as nossas atribuições e competências dentro de cada uma das atividades profissionais. As atribuições do nosso agente comunitário de saúde são diferentes das atribuições dos nossos técnicos e auxiliares de enfermagem, que são diferentes das do enfermeiro e do médico, das do cirurgião dentista, das dos profissionais de assistência social e nutrição.

Todos os profissionais são fundamentais para o avanço da saúde pública. Neste plenário, todos nós que estamos aqui somos defensores do Sistema Único de Saúde. Reconhecemos todo o avanço que ele teve nos últimos 28 anos, a partir da sua implementação, e sabemos da importância da visita domiciliar, porque os senhores são, sim, os primeiros que entram às casas todos os dias. É o agente comunitário de saúde que, com o olhar ampliado, vai cuidando desde as laterais da rua, quando ele está fazendo as suas visitas domiciliares, até a entrada ao portão para ver se está tudo bem, e depois a visita propriamente dita, conversando. São vocês que percebem os primeiros sinais de violência que podem ter acontecido naquela casa, assim como todas as suas demais atribuições.

Não há como nós substituímos as atribuições dos agentes por outros profissionais da área da saúde. Então, só avançamos, reduzimos a mortalidade infantil, implementamos a cobertura vacinal — todos nós temos muito orgulho do nosso sistema



nacional de imunização —, mas precisamos do coletivo dos trabalhadores. Não dá para imaginar a substituição de agentes comunitários de saúde por técnicos de enfermagem e vice-versa.

O que nós queremos dizer é que continuamos na luta. Se, porventura, estas portarias não forem revogadas pelos três entes que as construíram e pactuaram na comissão tripartite, com certeza absoluta serão levadas a Plenário.

Ontem eu já vi o requerimento de urgência para a matéria ir ao Plenário, Deputado Raimundo e Deputado Odorico. Já há o requerimento para que se aprove a urgência do PDC. Porém, o PDC que sustaria as portarias vai passar pela Câmara e depois vai para o Senado. Este é o instrumento jurídico que nós temos na Casa.

Eu continuo acreditando que podemos fazer a revogação dessas portarias por dois caminhos: o caminho da Casa, que é o PDC passando na Câmara e indo para o Senado; e também o caminho do Ministério da Saúde, junto com o CONASS e o CONASEMS, que com certeza é o caminho mais curto, pois vocês não vão precisar se deslocar de novo para as audiências no Senado, a fim de que o Senado entenda a magnitude e a importância da revogação dessas portarias.

Repito, vamos continuar trabalhando. Estou à disposição de cada agente comunitário de saúde. Entendo o papel fundamental de cada um de vocês no dia a dia da saúde pública, no dia a dia do crescimento do nosso Sistema Único de Saúde, cuidando efetivamente e acompanhando a vida dentro do domicílio de cada uma das pessoas. Vocês são responsáveis pelas suas áreas de abrangência.

Bem-vindos a Brasília! Eu fiquei absurdamente impressionada com a fila que vocês enfrentaram hoje pela manhã. Tenho certeza de que esta audiência pública terá, sim, o resultado esperado por cada um de vocês que está aqui no Auditório Nereu Ramos, por cada um de vocês que está nas salas das comissões aqui no Anexo II, especialmente por cada um dos que ficaram nos Municípios brasileiros, fazendo as suas atribuições e suas atividades como agentes comunitários de saúde.

Muito obrigada.

Continuem contando com esta Parlamentar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço-a, Deputada Carmen Zanotto.



Quero registrar a presença do Deputado Vicentinho Júnior, do Tocantins; do Deputado Chico Lopes, do Ceará; e do Deputado Leônidas, também do Ceará.

Passo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Odorico Monteiro. *(Palmas.)*

O SR. ODORICO MONTEIRO (PROS - CE) - Bom dia.

Quero saudar o Deputado Raimundo Gomes de Matos, que, junto comigo, foi autor do requerimento e preside esta reunião; a querida Deputada Carmen Zanotto; o Deputado Hélio Leite; o Deputado Leônidas Cristino; o Deputado Chico Lopes; o Deputado Vicentinho Júnior; o Deputado Alexandre Serfotis; enfim, quero saudar todos vocês.

Cumprimento a minha conterrânea Ilda, que é Presidente da CONACS, a quem desejo boa sorte neste mandato; a Ruth, ex-Presidente; a Socorro; a nossa bancada de Sobral aqui presente; todos os agentes de saúde do Ceará; o Cláudio, Presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde e Endemias do Estado do Ceará. *(Palmas.)*

É uma satisfação muito grande ser autor do requerimento. Aliás, são dois os nossos requerimentos. Um é sobre esta audiência pública, em que estamos discutindo hoje as Portarias nºs 958 e 959. Temos também outro requerimento, de que vamos tratar em outro dia, juntamente com o Ministério da Saúde, com o Conselho Federal de Enfermagem, com o CONASS e o CONASEMS. Nós queremos discutir o processo de trabalho dos agentes de saúde e dos agentes de endemias.

Nós não podemos entender que uma portaria vá regulamentar a quantidade de profissionais e colocar uma contradição entre o trabalho do técnico de enfermagem e o trabalho dos agentes de saúde.

Essa é uma categoria de 26 anos. Os primeiros no Ceará foram da década de 80 — eu ainda era estudante de medicina, em 1982. Fui em Jucás, no Ceará, visitar o professor Carlile Lavor, recém-saído daqui da UNB. Ele criou lá os primeiros agentes de saúde, que eram voluntários. Depois, em 1987, foi instituída, no Ceará, a categoria dos agentes de saúde. Em 1990, o Ministro Alcení Guerra desenvolveu uma política nacional. Em 1994 nós conseguimos incorporar os agentes de saúde dentro do sistema de saúde com o conceito de saúde da família. A experiência internacional inglesa, a experiência cubana, a experiência canadense e as experiências europeias são de médicos de família.

A nossa experiência, a brasileira, é de saúde da família. Por que não é médico de família? Porque nós trabalhamos com o conceito de equipe, e o agente de saúde foi o grande responsável por incorporar esse conceito. Foram os agentes de saúde, antes



mesmo do Saúde da Família, que estavam presentes, construindo um vínculo entre o SUS e a comunidade.

Aliás, é um preceito constitucional do SUS a participação da comunidade, que se dá tanto pelo controle social, através dos Conselhos Municipais, dos Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional de Saúde, como também se dá pela integração do trabalho comunitário realizado pelos agentes de saúde.

Em 26 anos, essa é a única categoria do Brasil que produziu duas emendas constitucionais. (*Palmas.*)

A Emenda Constituição nº 51, de 2006, que criou na Constituição, no art. 198, a categoria de agentes de saúde e agentes de endemias. Muitos constitucionalistas, inclusive, não entendem como uma categoria consegue se inserir na Constituição.

Em 2010, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, criou-se o piso dos agentes de saúde, que foi regulamentado pela Lei nº 12.994, de 2014.

Isso mostra como a Câmara e o Senado têm um vínculo forte com a história dessa categoria.

Essa mobilização, que era para discutir o valor do piso, está discutindo o processo de trabalho.

Para concluir, quero dizer que este é um debate extremamente importante. Não é que sejamos exatamente contrários ao processo de uma portaria pactuada na comissão tripartite, que é importante. O Sistema Único de Saúde brasileiro também é o único do mundo que tem essa articulação interfederativa. Os outros países do mundo não municipalizaram a saúde, como nós fizemos no Brasil.

A municipalização da saúde deu peso a esse processo de trabalho, e há uma pactuação entre o Ministério da Saúde, os Estados e os Municípios. Nós não estamos querendo engessar o Secretário Municipal de Saúde — não é, Deputada Carmen —, não se trata disso, mas temos que entender que, em relação ao que envolve o processo de trabalho do SUS, também há a mesa nacional de negociação do SUS. O que envolve o processo de trabalho muitas vezes tem que ser discutido com a Câmara dos Deputados, por meio de audiências públicas, com o intuito de ouvir a sociedade. Eu acho que esse processo faltou. É por isso que esta audiência pública supre esse momento, essa interlocução entre a Câmara dos Deputados, os agentes de saúde e as várias entidades e categorias.



Quero também registrar que está presente aqui o sindicato nacional dos servidores da minha Fundação Oswaldo Cruz, a ASFOC — quero parabenizá-la —, que tem um papel importante na defesa do Sistema Único de Saúde. Este é outro momento em que temos que defender o Sistema Único de Saúde. Não podemos abrir mão da universalidade, não podemos abrir mão da integralidade, não podemos abrir mão da equidade. *(Palmas.)*

O SUS tem que ser mexido para mais, nunca para menos. Essa é a discussão. *(Palmas.)*

Sem dúvida nenhuma, o que queremos aqui é discutir o processo de trabalho. O processo de trabalho dos agentes de saúde envolve a incorporação tecnológica, envolve um processo de educação permanente. Quando o começamos na década de 80, 90, a nossa preocupação era reduzir a mortalidade infantil por diarreia, a nossa preocupação era acompanhar criança desnutrida, a nossa preocupação era vacinar gestante, a nossa preocupação era vacinar criança. Agora, contamos com o trabalho das equipes do Saúde da Família, inclusive com o Mais Médicos, que tem hoje 18 mil médicos. Antes, a agente de saúde ficava totalmente desesperada, porque tinha o paciente e não tinha o médico, ficava ela e o profissional de enfermagem segurando o tranco.

Hoje, com o Mais Médicos, são 18 mil equipes completas, com médico, o que ajuda o trabalho de vocês. Mas, hoje, a nossa preocupação não é mais só vacina, a nossa preocupação não é mais diarreia. Graças a Deus, acabamos com a desnutrição. Temos que nos preocupar agora com a obesidade. Quando se sai da preocupação com desnutrição para a preocupação com obesidade, muda o processo de trabalho, porque a abordagem é diferente. Quando se sai de preocupação com doenças agudas para acompanhar hipertensos e diabéticos, muda o processo de trabalho. Hoje nós já temos muitos pacientes acamados, isso muda o processo de trabalho. Quando incorporamos a questão de álcool e drogas, isso muda o processo de trabalho. Os agentes de saúde têm também que enfrentar a questão da violência. Eu conheci agente de saúde da Zona Leste de São Paulo que recebia este recado: *"Olha, diga às meninas que não saiam hoje"*. Isso queria dizer o seguinte: havia problema de tráfico na área, e o pessoal não devia sair, porque poderia haver tiroteio. Vocês convivem com isso no dia a dia. *(Palmas.)*



Esse processo de trabalho tem que ser literalmente revisto e aprimorado. Precisamos também de um plano nacional de educação permanente para os agentes de saúde acompanharem o processo. Com certeza, vamos ter hoje um bom trabalho aqui.

Parabéns pela mobilização! Um grande abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradecemos ao Deputado Odorico Monteiro. (*Manifestação da plateia: Derrubem as portarias! Derrubem as portarias! Derrubem as portarias!*)

Antes de passarmos a palavra à composição da Mesa oficial, vamos ouvir o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Bom dia, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

A Mesa toda já foi cumprimentada por outros que nos antecederam. Vou ser breve. Começo pedindo desculpa pelo atraso, porque estávamos numa reunião da Comissão de Viação e Transportes. Lá somos Presidente da Subcomissão que trata da BR-242. Mas eu não poderia me furta, nunca, da presença, de uma fala e de um apoio.

Ontem, lá em nosso gabinete, fomos visitados pelo pessoal do nosso Estado, o Tocantins. Aqui está o ex-Presidente Florisvaldo, as meninas de Porto Nacional, minha cidade, do Distrito de Luzimangues; lá, o Presidente; lá, o Ronaldo. Lá eu me comprometi, disse a eles e a elas que, nessa luta, que é árdua, mas da qual com certeza sairemos vitoriosos e vitoriosas, vocês podem contar com o apoio irrestrito do Deputado Federal Vicentinho Júnior aqui e do Senador Vicentinho Alves lá no Senado. (*Palmas.*)

É o que eu disse ontem lá no gabinete: direito adquirido é direito por direito. Vocês tiveram essa história, que aqui foi muito bem dita pelo Deputado Odorico, de vitórias, de conquistas. Não se discute saúde pública Brasil afora, nos Estados e nos Municípios, sem passar por vocês. (*Palmas.*)

Quem faz a saúde pública, a verdadeira saúde pública, no dia a dia do cidadão, dos mais humildes, onde muitas vezes, meu bom amigo Deputado Raimundo, o braço do SUS não chega na condição dos seus médicos e enfermeiros, são vocês, que chegam em motos, em bicicletas — no meu Sertão do Tocantins, chegam também a pé e montados a cavalo —, de maneira que não se furtam ao dever de levar saúde ao cidadão brasileiro.

A causa é nobre. Vocês, ontem, naquele gesto que fizeram em frente ao Ministério da Saúde, sensibilizaram o nosso Ministro Ricardo Barros. Ainda ontem, à tarde, eu estive



com ele para saber qual é a posição do novo Ministro da Saúde à frente do Ministério. Ele disse que já estava sensível à causa. Com certeza, convenceremos o Ministro da Saúde de que não é sadio aplicar essas duas portarias à saúde pública do Brasil. E aqui, agora há pouco, orientado pelo próprio assessor do Ministério, ele já adiantou que de cara as portarias, que estão em fase de discussão, não terão aplicação imediata. Essa é uma batalha vencida de uma guerra a ser debatida. Então, ele está sensível, tenho certeza de que reverá essa questão das portarias.

Eu disse a ele ontem, na condição de membro da Comissão Mista de Orçamento, representante lá do Partido da República — a relatoria setorial do Ministério da Saúde ficou com o Partido da República este ano —, que o Partido da República vai querer, sim, discutir com o Ministério da Saúde essa questão de vocês. O partido não vai se furtar a essa obrigação, nos seus representantes lá, na pessoa do Deputado Lúcio Vale, do Pará — devem estar alguns paraenses aqui presentes —, Relator Setorial do Ministério da Saúde este ano. O Deputado Lúcio já deixou claro, e me autorizou a falar aqui em nome dele, que nada fará de gestão sem antes resolver a questão das portarias que impactam o dia a dia de vocês. Não me passou procuração por escrito, mas passou por telefone, o Deputado Lúcio Vale, do Pará. Então, contem com o Partido da República para essa discussão.

Mais uma vez, parablenizo o Deputado Odorico pelo requerimento apresentado. E é o que eu disse: vamos às lutas, às batalhas, a causa é nobre.

Eu venho do Município de Porto Nacional, do Estado do Tocantins — aqui há alguns representantes nossos —, e sei o que é o dia a dia de vocês de perto. Então, eu não poderia, como aqui comecei a fala, me furtar não apenas da obrigação de mandato, mas também da obrigação cível de estar aqui presente, junto com vocês, nessa luta. Contem conosco lá no Tocantins e aqui na Câmara para o que precisarem! O gabinete 817 está à disposição também como porta de entrada para ouvir alguma questão nova que surja durante essa caminhada de vocês aqui no Congresso Nacional.

O time que está representado nessa Mesa é muito maior. Há outros Parlamentares e outras Parlamentares que estão imbuídos na causa. Como eu falei, é fácil porque, quando a causa é nobre, a turma se junta para defendê-la. O Congresso Nacional estará unido na causa de vocês, agentes de saúde do Brasil afora!

Contem conosco, e vamos à luta! Essas vitórias estão por vir.



Muito obrigado. *(Palmas.) (Manifestação da plateia: Revoguem as portarias! Revoguem as portarias!)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Nós agradecemos a participação do Deputado.

Os nossos convidados já se encontram no recinto. Estão conosco o Deputado Leônidas Cristino e o Deputado Chico Lopes.

De imediato, convido a Dra. Anne Elizabeth Antunes, Diretora do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, e a Dra. Ilda Angélica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias — CONACS, para fazerem parte da Mesa.

Passo a palavra ao Deputado Leônidas Cristino. Vale ressaltar que o Deputado apresentou uma emenda que foi aprovada pelo plenário da Comissão. Essa matéria já se encontra no Senado, justamente naquela Comissão Especial. S.Exa. assegurou o recurso financeiro para o deslocamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combates às endemias. Quando houver necessidade de fazer capacitação, o sistema irá pagar a passagem referente a esse deslocamento. É disso que se trata a emenda do Deputado Leônidas, que foi aprovada à unanimidade.

Está com a palavra, portanto, o Deputado Leônidas Cristino.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) - Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Antes da fala do Deputado Leônidas, eu já convido para fazer parte da Mesa também o representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde — CONASEMS. Ele está presente? *(Pausa.)*

E o do Conselho Estadual? *(Pausa.)*

Então, passo a palavra ao Deputado Leônidas.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) - Bom dia de novo!

É uma alegria estar aqui junto com todos vocês para conquistar mais uma batalha nessa luta constante que vivemos no nosso País. Além de viver essa luta constante, no dia a dia do trabalho, aqui e acolá, vocês têm que vir à Brasília para pressionar o Governo a dar aquilo que vocês merecem, que é uma condição digna de trabalho e também de salário.



Sempre estaremos ao lado de vocês, por um motivo muito simples: porque vocês estão sempre ao lado do povo do nosso País. *(Palmas.)*

Se é assim, temos que, aqui no Congresso Nacional, dar essas condições, que muitas vezes são básicas, para que vocês exerçam com tranquilidade, eu diria, o trabalho permanente.

Quanto a essas portarias que foram editadas pelo Ministério da Saúde, o assessor do Ministro já nos disse neste minuto que as portarias não serão implementadas imediatamente. Mas nós não queremos isso, não. Queremos que elas não sejam implementadas nunca! *(Palmas.)*

"Imediatamente" não vale, porque significa dizer que amanhã elas podem ser implementadas. E nós não queremos isso! Nós estaremos aqui ao lado de vocês, mostrando ao Ministério que isso não tem a importância necessária para melhorar o trabalho e a saúde do povo do nosso País.

Quem conhece mais a população do Brasil com relação à saúde? *(Manifestação na plateia.)*

Quem conhece o dia a dia da população do nosso País? *(Manifestação na plateia.)*

Não estou falando nem dos que estão doentes, não. Estou falando de toda a população do Brasil, porque vocês visitam permanentemente toda a cobertura populacional do nosso País.

Eu não poderia deixar de citar algumas pessoas do meu Município de Sobral. Há seis pessoas de lá que estão aqui, e vou citá-las. É importante a presença do meu Município, porque em Sobral, por conta da participação direta dessas meninas e desses meninos, nós diminuimos a mortalidade infantil para um dígito — um dígito! *(Palmas.)* E graças ao trabalho iniciado lá atrás com o Prefeito Cid Gomes; depois comigo, quando estive na Prefeitura; e agora com o nosso Prefeito Veveu. Isso não acontece de uma hora para outra, não. Esse é um trabalho efetivo, diário e permanente de toda uma equipe do Saúde da Família, que tem essa participação muito forte dos agentes comunitários de saúde.

Para finalizar o meu discurso, eu queria citar: a Janete, um abraço para ela; a Socorro Ferreira; a Dicelda, que é a mais entusiasmada; a Luzinete; a Kátia Cilene e a Creandi. *(Palmas.)*



Por isso, estamos ao lado de vocês. Nós da bancada cearense estamos ao lado de vocês cearenses e estaremos juntos com todos os agentes comunitários de saúde do Brasil. Queremos, cada vez mais, uma saúde boa e digna para a população brasileira.

Um abraço! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Quero agradecer ao Deputado Leônidas.

Convido para fazer parte da Mesa o Dr. Paulo César, representante da FIOCRUZ.

Passo a palavra ao Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE) - Eu queria iniciar dando um bom-dia às mulheres.

Bom dia! *(Manifestação na plateia: Bom dia!)*

E aos homens também! *(Manifestação na plateia: Bom dia!)*

Eita! Juntando homem e mulher! Que coisa legal!

Primeiro, quero parabenizar o Deputado Raimundo e aqueles que militam nessa área há muito tempo. Um dos primeiros problemas, para os que são mais antigos, foi aprovar a lei nacional. O segundo foi transformar a lei nacional em leis estaduais, porque logo de saída ninguém queria se tornar funcionário das Prefeituras, com medo de se transformar em cabo eleitoral.

Segundo, um Governo que não foi eleito pelo povo não poderia tratar as pessoas bem, porque há o perigo de se privatizar a saúde através dos planos de saúde, além de quererem tratar assuntos relacionados a vocês por uma portaria. Isso é falta de respeito! *(Palmas.)*

Isso não é levar o funcionário, o trabalhador, a um patamar mais alto.

Eles acham que vocês têm que subir é na escada que leva às caixas d'água. Esse é o único lugar em que eles acham que vocês devem subir. E nós achamos que não.

Há um detalhe que ninguém que está à mesa disse, mas eu sou da área e vou dizer: se vocês virem a economia que foi feita no orçamento da saúde com a criação dos agentes de saúde, vocês vão notar que, além do trabalho de educação sanitária, além do trabalho de enfrentar alguma dificuldade, estão contribuindo com a saúde, no sentido de ela se tornar mais barata e mais forte para aqueles que precisam. Quem é rico não precisa de agente de saúde. *(Palmas.)*



Não quero ser o latifundiário da palavra, nem vim fazer conferência, mas apenas participar de uma reunião.

Boa sorte! Contem comigo! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Quero agradecer ao Deputado Chico Lopes.

Deputado Chico Alencar, V.Exa. deseja fazer algum pronunciamento? Pergunto isso porque vamos instalar a audiência pública para otimizarmos o tempo. *(Pausa.)*

Agradeço a presença da nossa Vereadora Simone Mattos, nossa prima, de Euclides da Cunha, na Bahia.

Parabéns! Obrigado pela presença. *(Palmas.)*

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente Raimundo Gomes de Matos.

Bom dia a todos da Mesa e a todos que enchem este plenário, aliás, que enchem também as ruas. Aqui em frente há uma fila enorme, e todo mundo tem que entrar. *(Palmas.)*

Nós Deputados enchemos a boca ao falar no plenário, bem protegidos, que esta é a Casa do Povo. Às vezes, para entrar na Casa do Povo, dá um trabalho danado. *(Palmas.)*

Todo mundo tem que estar aqui dentro. Agora, "*quem não pode com a formiga não atica o formigueiro*", não é? *(Palmas.)*

Aticei! Aticei! *(Risos.)*

Vou falar muito brevemente, porque o sentido da audiência pública é esse. Cada Parlamentar e/ou sua assessoria têm vários compromissos. Eu tenho agora, neste momento, a CPI da Máfia do Futebol e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde se discutem coisas importantes também. A CCJ ainda não atingiu o quórum, e espero que não atinja hoje. Já a CPI da Máfia do Futebol está começando.

De qualquer forma, eu vim trazer aqui não a minha posição, mas a do Partido Socialismo e Liberdade, que repudia a portaria da Dilma, errada. Não vale tudo para sobreviver em governo, inclusive atendendo aos que querem o Estado mínimo, que, de toda forma, depuseram, ou seja, se deram mal.

Eu sei que vocês já tiveram audiência com o novo líder do novo Governo interino. Não sei o resultado, mas falo, inclusive, na condição de Deputado: confiem no que



falamos, desconfiando sempre, educadamente. Se não houver pressão e mobilização, nós não avançamos.

Eu tenho muita preocupação, porque o atual Ministro da Saúde, que foi Deputado Federal aqui — é Deputado, aliás, está licenciado —, no começo da sua gestão já falou que o SUS não cabe no Orçamento da União e tem que ser reduzido, que o ideal é que cada brasileiro tenha um plano de saúde. Está bom, esse ideal é para quem quer ganhar grana com plano de saúde. O ideal é ter saúde pública decente para todo o mundo! *(Palmas.)*

E mais: a saúde pública incorporou há muito tempo os agentes comunitários de saúde como um elemento fundamental da saúde para a prevenção, o saneamento e o cuidado com as famílias. Sem eles não há saúde pública decente. *(Palmas.)*

Querer retirar a obrigatoriedade desses profissionais nas equipes do SUS e na implementação da saúde pública é prejudicá-la, desnutri-la e afetar a vida já tão difícil da nossa gente, do nosso povo.

Portanto, podem contar conosco. Tem que ser uma pressão intensa sobre o Governo atual, sobre qualquer que seja o governante, para que os direitos, não só de vocês, mas da população, sejam assegurados.

Contem com a gente! Estamos nessa luta.

Olhem, eu sinto um cheirinho de vitória. *(Palmas.)*

E não é porque vocês estão enfrentando o Haiti. *(Risos.)*

Aí seria mole, os adversários são poderosos, aqueles que querem a saúde privada, aqueles que querem conter gastos do Estado, onde o Estado jamais pode economizar, que são nos direitos elementares da população, a saúde e a educação. Mas, com essa mobilização de vocês, com essa mão que são milhares, vai-se barrar. Xô portaria e viva o SUS! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradecendo ao Deputado, vamos dar sequência, convidando o Sr. Fernando Cândido do Nascimento para fazer parte da composição da Mesa.

Passo a palavra à Diretora do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, a Dra. Anne Elizabeth Antunes, pelo prazo de 15 minutos.

A SRA. ANNE ELIZABETH ANTUNES - Bom dia a todos.



Nós saudamos a Mesa na pessoa do Deputado Raimundo e saudamos todos vocês na pessoa de Ilda.

É com um prazer enorme que fazemos parte desta audiência pública instituída pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Muitos Parlamentares aqui já falaram. Então, eu gostaria também de iniciar a nossa fala fazendo um resgate do movimento de criação do nosso Sistema Único de Saúde. Por isso, vamos lá para o ano de 1978, em Alma-Ata, onde teve início a conversa com relação aos cuidados primários em saúde, na I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Nessa conferência foi divulgada uma Carta de Intenções, que continha alguns encaminhamentos. Dentre eles, citamos o combate às desigualdades, a população sendo corresponsável pela sua saúde e a meta de saúde para todos no ano 2000. Isso ocorreu em Alma-Ata em 1978.

Com o passar dos anos, sabendo da importância da atenção primária em saúde, ocorreu um novo encontro no Canadá no ano de 1996, quando se chegou ao entendimento de que, para que houvesse saúde para todos no ano 2000 através da atenção primária e por meio da educação em saúde, seria necessário dar um enfoque maior às questões de promoção à saúde, questões essas que foram encaminhadas por meio da Carta de Ottawa. Isso certamente impulsionou um movimento de saúde pública em âmbito mundial.

No Brasil, nesse mesmo período, em 1996, ocorreu um movimento muito importante que foi a VIII Conferência Nacional de Saúde, ocasião em que definimos as bases doutrinárias do nosso Sistema Único de Saúde. Em 1998, houve a criação do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde. Na Constituição Federal, nós temos que saúde é direito de todos e dever do Estado e que ela deve ser cumprida por meio de políticas públicas e econômicas, visando à redução dos riscos das doenças, promovendo esse acesso universal e igualitário por meio de ações e serviços que garantam a promoção, a prevenção e a recuperação. Atualmente, todos nós sabemos que o nosso Sistema Único de Saúde é pautado pelo Decreto nº 7.508, de 2011.

Diante de todo esse contexto, a atenção primária em saúde ganha grande relevância e tem a reforma sanitária como sua pauta primordial para incorporar as ações relacionadas à atenção primária em saúde.



Vale lembrar que, como bem colocou aqui o Deputado Odorico, o programa de agentes comunitários de saúde foi instituído no ano de 1991, voltado especificamente para a assistência naquela época de grande importância. Hoje conta com o trabalho excelente e brilhante que vocês, agentes de saúde e agentes de combate a endemias, fazem na área materno infantil.

Com o passar dos anos e com o movimento que exige algumas mudanças com relação à atenção primária em saúde, também colocado aqui pelo nosso Deputado Odorico, tivemos a criação do Programa de Saúde da Família, com o entendimento de que não só os agentes de saúde como também uma equipe que cuidasse da atenção básica em saúde seriam necessários para que pudéssemos ter a reorganização do modelo assistencial, que substituiu o modelo hospitalocêntrico. Aí houve a criação das Unidades Básicas de Saúde.

Com muito orgulho, sou enfermeira e participei por muitos anos de atividades relacionadas ao Programa de Saúde da Família, àquela época como enfermeira. Então, conheço de perto e reconheço a grande importância que tem o trabalho do agente de saúde diante dessa equipe. *(Palmas.)*

Os anos foram passando, e precisamos ir acompanhando esse movimento de mudanças. Então, em 2011, nós tivemos a Política Nacional de Atenção Básica instituída, que define a atenção básica como um conjunto de ações no âmbito individual e coletivo, que tem hoje não só a questão da promoção, da prevenção e da recuperação como também ressalta a importância da proteção, do diagnóstico, do tratamento, da reabilitação e da redução de danos, associada a uma atenção integral, tendo como foco a autonomia das pessoas e tendo na atenção básica a base ordenadora do cuidado, que precisa ser resolutiva.

Vamos chegar à portaria exatamente agora.

A portaria foi instituída agora em 10 de maio. O Ministério da Saúde aprovou a portaria de acordo com uma demanda ascendente e foi pactuada de forma tripartite, com a presença do CONASS e CONASEMS, que são representados pelos gestores estaduais e municipais... *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Solicito à plenária, para viabilizarmos a exposição e ouvirmos corretamente os expositores, acima de tudo, paciência, educação e compreensão. Para que a Presidência e os demais membros da



Comissão possam deliberar sobre a portaria, nos precisaremos ouvir todos os expositores.

Agradeço a compreensão de todos. *(Palmas.)*

A SRA. ANNE ELIZABETH ANTUNES - A portaria foi instituída em 10 de maio, como nós estávamos falando, por meio de pactuação tripartite. O Ministério da Saúde tem a consciência de que ela necessita de estrutura administrativa e orçamentária para que possa ser implementada.

Então, diante do entendimento de alguns membros com relação aos critérios que a portaria institui, o Ministério da Saúde sempre esteve aberto ao diálogo. Todas as vezes em que nós fomos procurados para conversar, estivemos de portas abertas para recebê-los. O nosso último encontro, que contou também com a presença de representantes da Comissão da Seguridade Social, de representantes dos agentes de saúde, de representantes da gestão dos órgãos CONASS e CONASEMS foi em reunião no dia 24 de maio, quando tivemos alguns encaminhamentos, como pautar algumas discussões para ouvir e construir consensos com relação à nova portaria. O Ministério da Saúde sempre esteve aberto ao diálogo.

Essas datas de reuniões serão pactuadas, já que a portaria também foi pactuada em nível tripartite, na próxima reunião, que está prevista para acontecer no final do mês. Aí a gente abrirá para ouvir e construir esses consensos e, com certeza, dar o melhor encaminhamento e chegar ao melhor entendimento com relação a essa portaria.

Estamos à disposição para o diálogo.

Muito obrigada. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Após ouvirmos o Ministério da Saúde, ouviremos o autor do requerimento, o Deputado Valtenir Pereira, agradecendo o trabalho que S.Exa. sempre fez em prol da categoria.

Na noite de ontem, S.Exa. colheu a assinatura de todos os Líderes para que possamos, através do relatório que estou apresentando aqui, exercer a nossa prerrogativa. Qual é a nossa prerrogativa? Compete aos membros desta Casa anular qualquer portaria que não tenha consenso com o aspecto legislativo. Isso é totalmente legal. *(Palmas.)*

É claro que esse o nosso relatório do PDC 396 e do PDC 397 já está pronto. Vamos ter uma audiência com o Ministro na data de hoje, vamos ver qual procedimento adotar,



até porque, vale ressaltar, não foi do atual Governo que essa portaria saiu. Então, o Ministro tem todas as condições de dizer que não foi sua equipe que editou essa portaria.

Nós também queremos perguntar por que a tripartite não abriu o diálogo antes. *(Manifestação na plateia.)*

Agora, não. Está certo que a tripartite tem suas prerrogativas, mas assinar e depois abrir o diálogo...

Então, nós precisamos agora, regimentalmente, buscar as nossas prerrogativas.

Por sua vez, o Ministro, juntamente com sua equipe, vai fazer a sua articulação, mas o Poder Legislativo tem que ser respeitado no Brasil, a fim de que nós possamos ter o fortalecimento das nossas instituições.

Nós não poderemos arredar o pé um milímetro das nossas prerrogativas, porque todos fomos eleitos pelo povo brasileiro. *(Palmas.)*

Dando sequência, passo a palavra ao Deputado Valtenir Pereira, parabenizando-o e agradecendo-lhe pela sua mobilização na data de ontem, quando recolheu a assinatura de todos os Líderes, para que nós possamos já na próxima semana exercer as nossas prerrogativas regimentais, entre as quais está justamente a de derrubar essas portarias, caso o Ministro não as reveja.

Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira. *(Palmas.)*

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) - Bom dia a todos, bom dia a todas. *(Manifestação na plateia.)*

Quero parabenizar os agentes comunitários de saúde pela grande mobilização no Brasil inteiro.

Deputado Raimundo, não é só aqui que os agentes comunitários de saúde estão mobilizados; não é só aqui em Brasília; não é só no deslocamento do seu Estado para Brasília. Lá nos Municípios eles estão mobilizados também. *(Palmas.)*

Eu quero dizer à Sra. Anne Elizabeth, que está representando o Ministério da Saúde: não vamos levar essa categoria a fazer uma greve geral no Brasil! Não vamos levar essa categoria a colocar o Governo de Michel Temer na fragilidade! *(Palmas.)*

Eu conheço o Ministro Ricardo Barros, meu colega aqui na CCJ, meu colega de atuação. Ele é uma pessoa superequilibrada e competente.

Anne, leve esse apelo ao Ministro da Saúde para que ele revogue essa portaria! *(Palmas.)*



Há um documento do Ministro dizendo que ela não produz efeito nenhum, que ela não vai entrar em vigor, que não vai ser aplicada imediatamente. Isso nós não queremos, porque não tem valor jurídico. O valor jurídico é outra portaria revogando, e o Ministro Ricardo Barros tem competência para isso, ele tem atribuição para isso.

Nós precisamos fortalecer a estratégia dos agentes comunitários de saúde. É isso que nós precisamos fazer. *(Palmas.)*

Nós estamos regredindo, nós estamos andando igual a caranguejo, nós estamos andando para trás com essas portarias.

É importante registrar e identificar quem assinou essa portaria como Ministro. Foi o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, o Agenor, no exercício da função de Ministro. O Ministro Marcelo Castro esteve lá, defendendo a posição dos agentes comunitários de saúde, pediu exoneração do cargo e, até que fizesse a transição para o Governo de Michel Temer, ficou o Agenor respondendo pela Pasta.

Então, é importante saber quem tem essa responsabilidade. Quer dizer, se um Ministro interino assinou a portaria, o Ministro titular, Ricardo Barros, tem plena condição de revogá-la. *(Manifestação na plateia.)*

Revoga! Revoga! *(Manifestação na plateia: Revoga! Revoga! Revoga a portaria! Revoga! Revoga! Revoga a portaria! Revoga! Revoga! Revoga a portaria!)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Peço compreensão e atenção, para nós ouvirmos o orador.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) - Quero falar algo para todos aqui, principalmente para a Anne Elizabeth, que está representando o Ministério da Saúde. Veja: no Sistema Único de Saúde, essa é a categoria mais importante na atividade de prevenção. Os agentes comunitários de saúde são a categoria mais importante na prevenção de doenças e na promoção de qualidade de vida da população. *(Palmas.)*
(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - O Deputado está com a palavra.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) - Trata-se da categoria mais importante do Sistema Único de Saúde e também a mais frágil. Qualquer movimento que vocês fazem com relação aos agentes comunitários de saúde prejudica a categoria. E, ao



prejudicar uma categoria, vocês estão prejudicando a população mais humilde deste País. *(Palmas.)*

Então, o Ministro interino, o Agenor, ao assinar essa portaria, cometeu um crime com o Sistema Único de Saúde. Ele cometeu um crime com a estratégia "agente comunitário de saúde". E isso não pode continuar.

Ontem nós saímos, junto com a Dra. Elaine e a Presidente, coletando a assinatura dos Líderes, porque o Deputado Mandetta apresentou um PDC, que é um projeto de decreto legislativo, para sustar os efeitos das portarias. E aí, é claro, isso tem que tramitar na Comissão de Saúde, na CCJ, nas Comissões, para poder chegar ao plenário.

Nós estamos coletando assinaturas. Já temos as assinaturas suficientes, mas queremos coletar a de todos os Líderes partidários desta Casa até terça-feira para podermos submeter esse requerimento de urgência ao crivo do Plenário. Se o Plenário aprová-lo, o PDC sai da Comissão de Saúde, não tramita mais nas Comissões e fica no plenário, pronto para ser votado, para nós sustarmos os efeitos dessa portaria.

Anne, nós não queremos levar o Ministro ao constrangimento de dever esta Casa, a Câmara dos Deputados, e o Senado da República sustarem os efeitos de duas portarias que prejudicam a população humilde deste País. *(Palmas.) (Manifestação na plateia.)*

Nós queremos uma audiência com o Ministro da Saúde. Queremos essa audiência com o Ministro da saúde. Isso é importante. Inclusive, se ele pudesse vir aqui à Casa, seria o ideal. *(Manifestação na plateia.)* Seria ideal que ele viesse ao plenário receber essa categoria, que é de fundamental importância para o País e para a população humilde do nosso Brasil, e ouvi-la.

Então, eu encerro aqui, parabenizando vocês pela mobilização e pela organização. Nós queremos avançar. Nós não queremos andar para trás, feito caranguejo. Um grande abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Gostaria de comunicar ao Deputado que o Ministro Ricardo já confirmou que vai atender os Parlamentares e a comitiva da Confederação hoje, às 15h30min.

Dando sequência aos trabalhos, vamos intercalar a palavra entre um Parlamentar e um convidado.

Passo a palavra ao representante da FIOCRUZ, Dr. Paulo César. *(Pausa.)*



O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) - Deputado Raimundo, eu peço só 1 minuto para dizer que estou aqui com um requerimento de urgência assinado pelos Deputados Odorico Monteiro, Valtenir Pereira, João Campos e também pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos e já autorizado pelo Líder do PR, Deputado Aelton Freitas; pelo Líder do PSDB, Deputado Antonio Imbassahy; pelo Líder do PSD, Deputado Rogério Rosso; pelo Líder do Partido Progressista, Deputado Aginaldo Ribeiro; pelo Líder do PSB, Deputado Paulo Foletto; pelo Deputado Márcio Marinho, do PRB; pelo Deputado Pauderney Avelino, do Democratas; pelo Deputado Weverton Rocha, do Partido Democrático Trabalhista; pelo Deputado Daniel Almeida, do PCdoB; pelo Deputado Rubens Bueno, do PPS; pela Deputada Carmen Zanotto; pelo Deputado Ivan Valente, do PSOL; pelo Deputado Ronaldo Fonseca, do PROS; pelo Deputado Alessandro Molon, do Rede Solidariedade; pelo Deputado Weliton Prado, do PMB; e os demais, como, por exemplo, Partido Republicano, PRP, Progressista. Nós ainda não conseguimos falar com os Líderes.

O PT, Deputada Moema Gramacho, vai...

O Deputado Andre Moura é Líder do Governo. Eu e a Elane estivemos com ele e vamos conversar.

O PT, nós procuramos o Deputado Afonso Florence, mas nós não o encontramos ontem, mas a Deputada Moema...

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT - BA) - Como eu vou Vice-Líder, eu posso assinar também pelo PT. (*Palmas.*)

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) - Ótimo.

Os demais que não assinaram, não é porque não quiseram; é que nós não conseguimos localizá-los. Não estavam na Casa, não o encontramos na hora. Nós vamos coletar assinatura de todos.

O Solidariedade, eu não encontrei o Deputado Genecias ontem, mas está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Com a palavra o Deputado Benjamin Maranhão, da Paraíba. (*Palmas.*)

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (MDB - PB) - Bom dia a todos e a todas, porque há mais agentes mulheres do que homens.

Quero saudar o meu amigo Deputado Raimundo Gomes de Matos, companheiro de muita luta e dizer que nossa mobilização continua. Eu me lembro de toda a nossa luta



pelo piso salarial. Infelizmente, à época, foi vetado pela Presidente Dilma o que havia de mais importante no texto que foi construído sob a minha Presidência e a relatoria do Deputado Dutra, que era o reajuste segundo o salário mínimo.

Mas agora há uma nova luta, que é a revogação das Portarias 958 e 959, que ferem de morte o Programa Saúde da Família, ao dispensarem a necessidade de contratação de novos agentes de saúde em cada nova equipe criada.

A preocupação é pertinente porque isso enfraquece a categoria e enfraquece, principalmente, o acesso à saúde pública pela população.

Então, meus amigos, eu quero dizer que a nossa mobilização vai continuar. Podem contar com os seus representantes no Congresso. O nosso partido, o Solidariedade, também vai assinar agora esse projeto, para que possa tramitar com rapidez e nós tenhamos a revogação dessas portarias.

Vamos em frente, vamos continuar na luta e na mobilização. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradecendo ao Deputado Benjamin Maranhão, informo que os Plenários 5, 6 e 7 estão também lotados de agentes comunitários de saúde.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) - Na verdade, Deputado Raimundo Gomes de Matos, todos os 16 plenários das Comissões estão lotados de agentes comunitários e ainda, infelizmente, por falta de espaço, há agente comunitário dobrando a esquina lá no Supremo Tribunal Federal, aguardando para poder entrar nesta Casa.

Peço ao Deputado Mandetta, do Mato Grosso do Sul, para vir aqui, porque foi ele quem apresentou... *(Manifestação na plateia: Agente unido jamais será vencido! Agente unido jamais será vencido!)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço a todos a manifestação, mas vamos dar sequência aos trabalhos.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) - Deputado Raimundo, só um minuto.

Aqui está o Deputado Mandetta, que é o autor do PDC que susta os efeitos das portarias. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Vou pedir aos Deputados que deem os pronunciamentos como lido.



O SR. MANDETTA (DEM - MS) - Ao tempo em que cumprimento todos os companheiros, digo que, mais do que nunca, essa frase que vocês entoaram faz todo sentido. E cada um dos Parlamentares, cada um dos partidos, cada um daqueles que vivem a saúde pública no País sabe que agente unido jamais será vencido. Eu sou um agente comunitário de saúde.

Vamos à luta!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Eu quero agradecer ao Deputado Mandetta e à Deputada Moema, que já hipotecou sua solidariedade, assinando, pelo PT, o requerimento. *(Palmas.)*

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT - BA) - Quero desejar um bom dia a todos e a todas. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar o Deputado Raimundo Gomes de Matos e parabenizá-lo pela autoria do requerimento subscrito pelos demais Deputados aqui presentes.

Quero cumprimentar toda a Mesa e quero mandar um grande axé para todos os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, aqui presentes e para os que estão lá fora também se manifestando. *(Palmas.)*

Bom, primeiro, eu queria dizer que me somo, eu e o meu partido — estou falando em nome do nosso Líder, Afonso Florence —, o Partido dos Trabalhadores, a essa luta de vocês e já começamos dizendo: "Abaixo as duas portarias".

É importante dizermos que é preciso cada vez mais valorizarmos os agentes. Nós sabemos que foi uma luta dura a que tivemos durante vários anos para que pudéssemos regulamentar a profissão dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Foi preciso que o Presidente Lula chegasse à Presidência da República para regulamentar a profissão de vocês, apesar de toda a luta que vinha sendo travada antes. E nós não podemos, neste momento, fazer algo que vai na contramão da história, que é a desvalorização desses profissionais. *(Palmas.)*

Se nós defendemos a atenção básica, se nós defendemos a prevenção, se nós defendemos o Sistema Único de Saúde, nós temos, sim, cada vez mais, que valorizar esses profissionais, porque são eles que adentram as nossas casas, são eles que tomam sol e chuva para garantir a prevenção à saúde da população brasileira, são eles que estão lá no dia a dia, onde a vida acontece, nos Municípios.



Falo isso, porque fui Prefeita, duas vezes, do Município de Lauro de Freitas e sei o quanto foi importante contar com esses companheiros para que ajudassem na prevenção da saúde do nosso Município. Esse é um trabalho que é feito por cada um e cada uma de vocês em cada canto deste País.

Infelizmente, nem sempre vocês são lembrados — talvez agora, com esse episódio da zika, que esteve em evidência —, mas precisamos entender como cada um de vocês trabalha preventivamente, atendendo em cada casa, assistindo as pessoas em cada casa, muitas vezes, se comprometendo com aquele cidadão e acompanhando a vida dele o tempo inteiro. Não há ninguém no Sistema Único de Saúde mais próximo do cidadão do que o agente comunitário de saúde e o agente de combate às endemias.

Portanto, neste momento, para mim não importa qual foi o ministro e que governo cometeu esse equívoco. Não me importa. Se houve erro, deve ser revogado. *(Manifestação na plateia.)*

Revoga, revoga, revoga a portaria!

É essa força de vocês, que, somada à luta parlamentar, vai levar à revogação dessa portaria. São vocês que estão dando um abraço aqui fora, graças à mobilização de vocês.

Esse é o diferencial: vocês estão mobilizados! E, independentemente de governo, nós precisamos cada vez mais estar juntos, o povo, na defesa do Sistema Único de Saúde.

Assim como temos que fazer pressão para revogar as portarias, também precisamos fazer a crítica ao que foi aprovado esta semana, a DRU, a Desvinculação de Receita da União — inclusive de receitas da saúde, porque nós sabemos que a DRU não está dissociada de um projeto de governo. Com o projeto que trabalha para o Estado mínimo, para reduzir as políticas sociais e para utilizar recursos que deveriam ir para saúde, mas vão para outras coisas, também nós não podemos concordar. Por isso, nós somos contra a DRU. E acho que vocês têm que estar atentos, porque esse cheque em branco que ontem a Câmara dos Deputados passou para esse Governo temerário não podemos deixar permanecer. Nós temos que lutar para não deixar tirarem dinheiro da saúde. *(Manifestação na plateia.)*

Em nome da Bahia, em nome do Brasil, em defesa do SUS, em defesa da atenção básica e da prevenção, em defesa dos agentes comunitários de saúde e do combate às



endemias, podem contar com todo o nosso apoio e o da nossa bancada de 58 Deputados do Partido dos Trabalhadores que estarão com vocês.

E, para não fugir a uma palavra de ordem que está aí, para todo mundo, além do "abaixo" é "Fora as portarias".

O SR. PRESIDENTE (Valtenir Pereira. Bloco/PMDB - MT) - Quero passar a palavra ao Deputado Jorge Solla, para o seu pronunciamento. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Bom dia a todos e a todas.

Queria saudar todos os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias aqui presentes, mas permitam-me fazer uma saudação especial aos meus companheiros da Bahia que estão aqui desde ontem, quando a turma chegou.

Cumprimento também nossos colegas Deputados e, na pessoa do Deputado Valtenir, parablenizo a Comissão de Seguridade Social, da qual faço parte, por essa iniciativa.

Cumprimento os companheiros da FIOCRUZ.

Gente, a primeira lição que temos aprendido com vocês — há muito tempo; não é de agora — é que só se conquista com luta, mobilização, com resistência. Nada vem de graça, nada é gratuito. E vocês conseguiram!

Deputada Moema, essa foi a única categoria profissional que conseguiu regulamentação por uma proposta de emenda constitucional. E foi a mobilização de vocês que fez com o Congresso aprovasse a regulamentação. (*Palmas.*)

Foi graças à mobilização de vocês que os agentes passaram a ter contratação regularizada, direitos trabalhistas conquistados. Foi com a mobilização de vocês que essa categoria que presta serviços extremamente importantes para o Sistema Único de Saúde deixou de ter vínculos completamente irregulares, conquistando os direitos trabalhistas que todo trabalhador deve ter assegurados. Com o apoio e a luta de vocês, conseguimos vitórias importantíssimas no Sistema Único de Saúde.

A turma que me conhece há mais tempo sabe que eu sou médico. Eu tenho mais de 30 anos de formado e o que mais vi quando me formei foi criança desnutrida e com sarampo. Felizmente, com o seu trabalho, vocês contribuíram decisivamente para acabar com essas duas chagas: a desnutrição infantil e a disseminação de doenças imunopreveníveis. Nós conquistamos vitórias importantes.



Eu queria destacar para vocês todo o meu apoio a que seja feita essa revogação. Inclusive, eu queria pedir a representante do Ministério da Saúde que transmita ao Ministro o nosso desejo de que não precisemos votar aqui na Câmara, na próxima semana, essa medida. Espero que o próprio Ministério tome a iniciativa de resolver a questão. Se não resolver, foi apresentado aqui — já temos a assinatura dos Líderes partidários — requerimento para colocar em urgência a votação. Com certeza, esta Câmara irá aprovar esse projeto de decreto legislativo, fazendo dessa revogação. *(Palmas.)*

Eu não tenho a menor dúvida, gente, de que essa luta já está assegurada. Seja pelo Ministério, seja pela Câmara, com certeza, as duas portarias serão revogadas. Disso eu não tenho a menor dúvida. *(Palmas.)*

Agora, permitam-me pedir a vocês que essa mobilização, que essa luta vá além disso. Mais do que nunca, nós precisamos da mobilização de vocês, precisamos da mobilização de todos os profissionais de saúde, porque o Sistema Único de Saúde nunca esteve tão ameaçado, desde que foi escrito na Constituição de 1988 que o Brasil iria implantar um sistema com essas características. *(Palmas.)*

Pela primeira vez, o Ministério da Saúde, em vez de reivindicar mais recursos para o Sistema Único de Saúde, diz que tem que cortar o tamanho do SUS para caber no orçamento que a elite brasileira quer financiar para permitir que a população o utilize!

Nós não iremos permitir que o Brasil deixe de ter um sistema universal, integral, que atende toda a população, que chega por meio de vocês à casa de cada cidadão, com assistência, promoção e prevenção, que vai até mais de 90% dos procedimentos de alto custo e de alta complexidade. Vocês sabem quanto isso tudo custa? Custa apenas 3,30 reais por habitante por dia, somados todos os gastos do Governo Federal, de Estados e Municípios. Não existe nenhuma política pública neste País tão eficiente como o Sistema Único de Saúde! *(Palmas.)*

Eficiência é fazer muito com muito pouco, e não existe nenhuma política no Brasil que faça tanto com quase nada, com subfinanciamento, como é o Sistema Único de Saúde. Mas a elite brasileira não se conforma, acha que está gastando muito para financiar a saúde da população brasileira.

E nós estamos muito preocupados. Somente nas últimas 3 semanas, nós sofremos vários atentados contra o Sistema Único de Saúde. Não sei se vocês sabem...



Provavelmente não sabem, porque essas notícias não saem na *Globo*, não saem nos jornais. (*Palmas.*)

Vocês vão ajudar a comunicar a cada cidadão a ameaça que o Sistema Único de Saúde está sofrendo hoje. Primeiro ataque: romperam o acordo que tinha sido firmado aqui com todos os Líderes de todos os partidos, que ia permitir aumentar o orçamento deste ano em quase 10 bilhões de reais. Romperam o acordo. Eu acho que o golpe foi tão forte na cabeça dos golpistas que perderam a memória, esqueceram os acordos que fizeram. (*Palmas.*)

Romperam o acordo! Dez bilhões de reais foram tirados do financiamento de saúde só neste ano. Foram 10 bilhões de reais, seguindo os ataques ao SUS! A Deputada Moema comentou aqui.

Ontem foi aprovada a tal da desvinculação de receitas. Essa desvinculação não só está tirando 30% dos recursos federais, como, pela primeira vez neste País, está estendendo a Estados e Municípios a desvinculação de 30% das receitas que hoje estão carimbadas. Isso significa, gente, que, no seu Município, o Prefeito vai poder tirar da receita, antes de estabelecer os 15% obrigatórios que, pelo menos, deve investir em saúde. Isso foi aprovado ontem aqui na Câmara.

Nós não podemos permitir que o Senado aprove essa medida nos próximos dias. (*Palmas.*)

Vocês vão ser fundamentais nessa luta!

E há mais; não para por aí: o Presidente interino — até onde eu sabia, interino é alguém que chega para tomar conta provisoriamente — já mudou Ministério, mudou cargo e está mudando a política de financiamento, está mudando as prioridades, está tirando a prioridade, o carimbo do financiamento da saúde. Ele já anunciou que vai mandar para esta Câmara uma PEC para que a regra de financiamento da saúde passe a ser, assim como a educação e todas as áreas sociais, o valor gasto no ano anterior, mais a inflação. Sabem o que vai acontecer? Nós não vamos conseguir manter nem o que nós já conquistamos, porque a inflação da saúde é quase o dobro da inflação média de toda a sociedade, de todos os setores da economia. Vai faltar dinheiro para pagar salário, vai faltar dinheiro para pagar o custeio dos serviços.

Nós não podemos nos conformar de que não vamos ter incorporação de financiamento suficiente. Nós não queremos só manter o que existe hoje, não; nós



queremos ampliar: nós queremos mais equipes de Saúde da Família, mais agentes comunitários, mais medicamentos para tratar a população. *(Palmas.)*

Essa é a nossa luta! Então, nós não vamos aceitar que o financiamento da saúde passe a ser limitado ao gasto do ano anterior, mais a inflação. Se essa regra valesse desde 2003, no ano passado, Fernando, em vez de haver 100 bilhões para o Ministério da Saúde gastar, 100,5 bilhões, teria havido apenas 55 bilhões aplicados na saúde pelo Governo Federal. Nós não podemos permitir isso!

E mais! Para terminar, eu queria fazer um pedido a vocês e aos Parlamentares, que são defensores da PEC 001. Essa PEC é um projeto de emenda constitucional que aumenta os recursos para a saúde. Em vez de diminuir, como o Governo golpista quer, ele aumenta os gastos com a saúde em até 19,4% da receita corrente líquida. Isso equivale àqueles 10% da receita bruta pelo qual nós nos mobilizamos no movimento Saúde +10 no Brasil inteiro! E eu sei que vocês trabalharam no movimento Saúde+10, para que houvesse mais recursos para a saúde.

Para analisar essa PEC, nós fizemos uma Comissão Especial, na qual a aprovamos por unanimidade. Fizemos um acordo com todos os Líderes, de todos os partidos, com o Governo da Presidenta Dilma; levamos a proposta para votação no Plenário da Câmara, onde ela foi aprovada em primeiro turno por unanimidade, e a votação em segundo turno sumiu. Sumiu!

Depois do golpe com que tiraram a Presidenta Dilma temporariamente, sumiu da Mesa da Câmara a votação em segundo turno. Não deixaram votar em segundo turno, não querem deixar votar em segundo turno, não querem aprovar a PEC 001, não querem aumentar recursos para a saúde, querem que sejam reduzidos os recursos para a saúde!

Então, gente, nós vamos ter a revogação, com certeza, dessa medida que foi implantada com essas portarias, mas não vamos permitir a revogação do financiamento do Sistema Único de Saúde! *(Manifestação na plateia.)*

E, para isso, estamos juntos, estamos mobilizados, e vamos mobilizar todas as outras categorias profissionais, porque o SUS é a maior conquista da nossa população.

Um grande abraço! Uma grande mobilização!

Fora, Temer! *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Valtenir Pereira. Bloco/PMDB - MT) - Eu quero passar a palavra à Ilda Angélica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes



Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias — CONACS. *(Palmas.)*
(Manifestação na plateia.)

A SRA. ILDA ANGÉLICA CORREIA - O.k.

Bom dia! *(Manifestação na plateia. Bom dia!)*

Não valeu. Quero um bom-dia de agente de saúde. Bom dia! *(Manifestação na plateia. Bom dia!)*

Bom dia, agentes de saúde do Brasil que estão presentes aqui hoje!

Eu quero iniciar aqui a minha fala fazendo algumas interrogações para nós mesmos, para nós agentes de saúde, para o Ministério da Saúde, para os Deputados.

Eu quero saber cadê o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde — CONASEMS! *(Manifestação na plateia. Fugiu!)*

Cadê o Conselho Nacional de Secretários de Saúde — CONASS? *(Manifestação na plateia. Fugiu!)*

Onde está o CONASS? *(Manifestação na plateia. Fugiu!)*

Cadê o Conselho Nacional de Saúde? Cadê, gente? Onde está esse povo? *(Manifestação na plateia.)*

Eles são os principais responsáveis pela emissão dessas portarias. E eles não estão aqui. E eles não estão aqui por quê? Por quê? *(Manifestação na plateia.)*

Pronto. Pronto.

Eu deixo essas interrogações no ar. E lamento profundamente a ausência desses representantes aqui, nesta Mesa.

E, ainda no mesmo sentido dessa fala, Dra. Anne, eu quero parabenizá-la, eu quero tirar o chapéu para a senhora, que, neste momento, como representante do Ministério da Saúde, teve a coragem de estar aqui e falar conosco. *(Palmas.)*

E eu, sinceramente, como mulher que sou, assim como a senhora, gosto de pessoas e de mulheres corajosas. Por isso, tiro o chapéu para a senhora neste momento, como representante desta Confederação. Mas mesmo assim, Dra. Anne, eu gostaria de dizer que o seu discurso para nós de nada adiantou. *(Palmas.)*

Mas sabe por quê? Com todo o respeito, porque dessa história que a senhora contou aqui nós somos os protagonistas. *(Palmas.)*

Essa história que a senhora contou aqui nós a vivenciamos, fomos nós que construímos essa história. Ninguém, nenhum Governo — e me desculpem os Deputados



—, nenhum Deputado nos deu isso, Dra. Anne. Nós construímos! Nós construímos! Nós saímos de um cenário de programa e passamos a ser profissionais de saúde dentro da Constituição Federal! *(Palmas.)*

E isso nós conquistamos aqui dentro, mas foi a duras penas que nós chegamos até aqui, Dra. Anne. E é com tristeza que eu digo para a senhora: nós já viemos milhares de vezes a esta Casa, vestidos de todas as cores — de verde, de laranja, de vermelho, de azul —, mas hoje, Dra. Anne, nós estamos vestidos de preto! De preto, Dra. Anne! *(Palmas.)*

Nós não estamos felizes em estar aqui vestidos de preto. Não estamos! Nós gostaríamos de estar aqui vestidos de branco, para dar sequência às vitórias que nós já obtivemos aqui no âmbito nacional. *(Palmas.)*

Mas nós estamos vestidos de preto, Dra. Anne, porque nós estamos de luto, nós estamos tristes, nós estamos passando por um momento em que mais de 400 mil profissionais se sentem ameaçados por esse retrocesso que representa essas duas portarias na nossa vida! *(Palmas.)*

Dra. Anne, nós somos guerreiros e temos dado prova disso ao longo desses anos. Não é à toa que nós já mexemos na Constituição brasileira duas vezes, e a última vez foi à revelia do Governo. Eles diziam que nós não íamos conquistar nunca o piso salarial nacional, e nós o conquistamos dentro desta Casa e dentro do Senado! *(Palmas.)*

Nós não vamos, em hipótese alguma, aceitar esse retrocesso, e é por isso que nós estamos de preto, e é por isso que a saúde está de luto, as famílias que nós assistimos estão de luto pela ausência do agente comunitário de saúde! *(Palmas.)*

Somos nós que conhecemos a realidade do nosso povo! Não é o técnico do Ministério da Saúde, não é o Ministro da Saúde, não são os Deputados que passaram por aqui. *(Palmas.)*

Quem sabe o que o nosso povo sofre pela ausência de PSF, pelos PSFs que não têm condições, pelos hospitais que estão desmontados, quando nós precisamos do atendimento, somos nós, agentes comunitários de saúde! *(Palmas.)*

E é por tudo isso, Dra. Anne, que nós não vamos aceitar em hipótese alguma esse retrocesso.

Mas, Dra. Anne, a Confederação Nacional tem maturidade suficiente para sentar com o Governo, para sentar com Ministério da Saúde, para sentar com o CONASS, o



CONASEMS e o Conselho Nacional de Saúde, se tiverem coragem de vir discutir conosco qualquer mudança que julgarmos necessária. *(Palmas.)*

Eu disse, na minha fala — na reunião que nós provocamos, porque não fomos chamados para discutir coisa alguma — que sentimos, sim, a necessidade de nos atualizar enquanto profissionais, e não precisamos deixar de existir, porque nós não somos objetos descartáveis, que foram usados por mais de 20 anos, que mudaram o cenário da atenção básica à saúde do povo brasileiro. Agora, porque o Ministro A ou o Ministro B ou o Presidente A ou B acham que não somos mais necessários, eles vão simplesmente descartar como se fôssemos objeto, e nós não somos. *(Palmas.)*

Nós somos profissionais, nós temos responsabilidade, nós temos capacidade de discutir qualquer documento com o Ministério da Saúde ou qualquer Conselho, caso julgemos necessário. *(Palmas.)*

Já demos prova disso. É por isso, Dra. Anne, que nós estamos vestidos de preto, de luto, sentindo-nos traídos, apunhalados pelas costas. No dia 10, no fatídico dia 10, que foi emitida a portaria, nós estávamos lá, sentados com o Ministério da Saúde. Estão aqui o Fernando e o Cândido de prova, porque estavam lá conosco, no grupo de trabalho — pasmem — para discutir outro ponto do qual também não vamos abrir mão: o reajuste do piso salarial nacional. *(Palmas.)*

Deputado Valtenir, de manhã, nós estávamos sentados com o Ministério da Saúde e todos esses atores, discutindo um grupo de trabalho para tratar da possibilidade do reajuste do piso. À noite, a portaria foi publicada. *(Manifestação na plateia.)*

Nenhuma palavra — nenhuma palavra — foi direcionada às lideranças a respeito dessa traição que já estava construída.

A senhora nos desculpe, mas o nosso sentimento continua sendo o mesmo. Após isso, nós reagimos, porque não somos de levar paulada, cair e ficar derrubados, nós levantamos! *(Palmas.)*

Nós fizemos uma provocação, com a nossa união, com a nossa mobilização, com a nossa organização, e arrancamos dois momentos. Entramos em um pré-acordo ou um acordo de que o Ministério da Saúde emitiria um documento sustentando os efeitos da portaria, porque segundo o Ministério da Saúde ela não é autoaplicável e precisaria de um outro documento regulamentando.



Dra. Anne, tal qual foi a nossa surpresa: o documento saiu no dia em que combinamos. Nós dissemos: pronto, cumpriram a parte deles. Só que o documento não tem força nenhuma, é um ofício circular direcionado ao presidente do CONASS e ao presidente do CONASEMS. Enquanto isso, Dra. Anne, já tem Prefeito, Secretário da Saúde, criando equipe de saúde da família sem a presença dos agentes comunitários de saúde. *(Palmas.)*

Dra. Anne, isso nos deixa muito preocupados, além de muito indignados. Nós não vamos aceitar isso. Nós paramos o Brasil no dia 18 de maio.

O nosso foco era a busca do reajuste, mas passamos a pedir a revogação das portarias. Ontem, fizemos um grande ato público em frente ao Ministério da Saúde. Também trabalhamos dentro desta Casa.

Se a senhora vê todos esses Deputados vindo aqui, falando, apoiando essa categoria, apoiando a revogação, é porque nós estamos aqui dentro trabalhando, porque, lá, nas conversas que provocamos, não sentimos firmeza de que realmente vamos atingir o nosso objetivo. É por isso que temos aqui o PDC do Deputado Mandetta, apoiado por diversos outros Deputados, e um pedido de urgência desse PDC. Se hoje à tarde, na conversa com o Ministro, não arrancarmos a revogação, nós vamos tirá-la daqui, onde nós temos força! *(Palmas.)*

Se o CONASS e o CONASEMS têm força lá no Ministério, quem tem força aqui somos nós. *(Manifestação na plateia: Agentes unidos jamais serão vencidos! Agentes unidos jamais serão vencidos! Agentes unidos jamais serão vencidos!)*

Deixamos aqui como encaminhamento desta audiência pública, porque não adianta nós falarmos, falarmos, falarmos e não sairmos daqui com alguma coisa garantida, que o PDC já está pronto. As assinaturas dos Líderes já estão em nossas mãos e foi para o Líder do PT assinar, porque quem assinou foi a Vice-Líder. Só os Líderes podem fazê-lo.

Se hoje à tarde, nessa conversa com o Ministro, a Confederação Nacional não conquistar essa revogação, nós vamos protocolar aqui e vamos estar aqui para acompanhar todo o processo, todo o encaminhamento desse documento, fazendo aqui o que sabemos fazer muito bem, e já demos exemplo disso.

Encerrando a minha fala, gostaria de registrar a nossa indignação — eu acho que aqui é o lugar de demonstrar nossa indignação, e a Dra. Anne já sabe disso, porque já estivemos com ela em outros momentos — e, mais uma vez, lamentar profundamente a



ausência do CONASS, do CONASEMS e do Conselho Nacional de Saúde. Gostaria também de lamentar aqui a ausência do Deputado Andre Moura, Líder do Governo nesta Casa. *(Manifestação na plateia: É verdade!)*

O Deputado Andre Moura, autor inclusive de um projeto nosso, o PL 1.628, que trata dos agentes comunitários de saúde, que já está tramitando no Senado, hoje é uma grande força dentro desta Casa, ele é o Líder do Governo nesta Casa. Nós queremos continuar sendo parceiros do Deputado Andre Moura. Mas nós precisamos da presença dele aqui, como nas outras vezes em que sempre esteve presente, porque agora, sim, ele tem muito mais condições de nos ajudar não só dentro desta Casa como lá fora também, porque é Líder do Governo.

Eu lamento a ausência do Deputado, mas acredito que ele deve estar nos assistindo, porque a reunião está sendo transmitida ao vivo, e daqui até o final desta reunião ele virá. *(Manifestação na plateia.)*

A assessoria dele está toda aqui para levar o nosso recado. Deputado, precisamos que o senhor venha para cá para reafirmar a parceria existente entre nós. Pessoal de Sergipe, entre em contato com o Deputado Andre Moura. A presença dele aqui é fundamental.

Agradeço a todos vocês que vieram de todos os recantos do Brasil, as lideranças que estão aqui, que conduziram suas caravanas, em atendimento à nossa convocação, à convocação da CONACS, por isso estão aqui vestidos de preto. Vocês se comportaram muito bem, de acordo com as nossas coordenadas, vieram aqui e também foram ao Ministério da Saúde. Esse, sim, é o comportamento de uma categoria que tem respeito e respeitabilidade em todos os lugares onde entram.

Parabéns a todos nós! Vamos sair daqui vitoriosos! *(Palmas.)*

Não vou repetir os nomes dos Estados para não me estender mais. Mas agradeço a todos.

Vamos ficar de pé e, em homenagem à Ruth Brilhante, que está aqui, nosso ícone, vamos gritar: "*A união faz a força!*", como ela faz. Vou passar a palavra a Ruth para ela conduzir esse momento.

Minha eterna presidente Ruth Brilhante! Uma salva de palmas para ela. *(Palmas.)*



A SRA. RUTH BRILHANTE - Boa tarde a todos, não sei se é bom dia, estou perdida. Ainda não almocei, bom dia. Então, vamos pegar na mão e mostrar para este Governo que nós vamos derrubar essa portaria é hoje. *(Manifestação na plateia.)*

Nós não queremos deixar isso para amanhã nem para semana que vem. É hoje que nós queremos derrubar essa portaria.

A união faz a... *(Manifestação na plateia: Força!)*

Uma salva de palmas para nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço à Ilda, à Ruth Brilhante e a todos os Parlamentares que já se manifestaram. Vamos dar sequência, dando celeridade à audiência pública, registrando também a presença do Deputado Glauber, que representa o PSOL do Rio de Janeiro, que também se manifestará favoravelmente.

Passo a palavra à nossa Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - É um prazer imenso estar mais uma vez aqui. Nós estamos diante de uma categoria que já construiu cinco leis federais e já colocou duas emendas na Constituição Brasileira.

Nós não estamos falando de qualquer categoria, porque digo eu que o PSF pode até funcionar sem médico, mas não funciona sem vocês. Não funciona sem vocês. *(Palmas.)*

Por isso que quando vocês se colocam em movimento, vocês carregam tanta força, porque carregam a força da reforma sanitária que ocorreu neste País, carregam a força de milhões de brasileiros e brasileiras que precisam de vocês para ter acesso à atenção básica de saúde.

Portanto, atacar a ACE, a ACS, atacar os agentes, significa atacar o povo brasileiro. *(Palmas.)*

Quando vocês entram nesta Casa, vão carregando milhões de pessoas. Quando vocês entram nesta Casa, carregam a necessidade deste País de ter a atenção que vocês levam para as famílias brasileiras. A força que vocês têm faz com que o conjunto dos Líderes... E, neste momento, o Líder do meu partido, do Partido dos Trabalhadores, está assinando um requerimento de urgência para dizer: *"Cuidado moço, não mexam com os agentes!" "Cuidado moço, esta categoria mudou duas vezes a Constituição, fez cinco*



leis federais e essa categoria, com a sua força, vai derrubar essas portarias e essas resoluções porque essa categoria fala em nome do povo brasileiro".

Estamos aqui para dizer que aqueles que querem mexer com cada uma e cada um de vocês estão mexendo com o PSF, estão mexendo com as famílias brasileiras.

Nós encerramos apenas dizendo: nós vamos derrubar! Nós vamos derrubar! Nós vamos derrubar! (*Manifestação na plateia: Nós vamos derrubar! Nós vamos derrubar! Nós vamos derrubar!*)

Nós vamos derrubar, porque atos abusivos, atos que ferem os direitos têm de ser derrubados por esta Casa. E eu me calo dando voz ao poeta, quando diz:

O correr da vida embrulha tudo.

A vida é assim: esquentada e esfria,

aperta e daí afrouxa,

sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem.

E coragem vocês têm. À luta sempre". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço à Deputada Erika.

Passo a palavra ao Deputado Glauber Braga, do Rio de Janeiro, para uma breve saudação. Depois ouviremos aqui o representante da FIOCRUZ.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Meus amigos, minhas amigas, eu vou ser bastante objetivo. Vou fazer aqui uma breve saudação. Eu sou Glauber, Deputado Federal no exercício do mandato pelo PSOL do Rio de Janeiro.

Já estive aqui com vocês hoje o Deputado Chico Alencar, e nós queremos só ter a oportunidade de reafirmar o compromisso dos Parlamentares da bancada do PSOL com a luta de cada um e de cada uma de vocês. Nós defendemos, assim como vocês, a revogação imediata dessas portarias.

Finalizo dizendo: um Sistema Único de Saúde para ser universal tem que valorizar os agentes de saúde. (*Palmas.*)

São as senhoras e os senhores que fazem um sistema verdadeiramente público. A bancada do PSOL reafirma aqui a sua posição a favor da revogação dessas portarias, do fortalecimento do SUS e dos agentes de saúde.

Um abraço. Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço ao Deputado Glauber Braga.

Dando sequência à nossa audiência pública, passo a palavra ao representante da FIOCRUZ, Dr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO - Bom dia a todos e todas mais uma vez. Eu havia começado rapidinho a falar, mas acho que pela chegada dos Deputados eles acabaram tendo prioridade. Faz parte do procedimento da Casa, é assim mesmo.

Na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, acompanhamos o processo de organização e trabalha na formação dos agentes comunitários de saúde desde o início desse processo, desde a constituição da Política Nacional de Atenção Básica, da constituição das equipes de Saúde da Família. Por isso, não poderíamos deixar de estar aqui com vocês neste momento e de nos pronunciar para pedir também a revogação dessas portarias que atacam diretamente as ações da Saúde da Família e a política da atenção básica. (*Palmas.*)

O trabalho dos agentes comunitários de saúde foi fundamental para reverter uma série de agravos e uma série de questões que afligem a nossa população. Digo isso porque vocês estão na assistência? Não. Digo isso porque o trabalho do agente comunitário é um trabalho muito mais amplo. Ele é o trabalhador que está presente no dia a dia de cada uma das famílias nos territórios em que vocês trabalham, reconhecendo tudo que afeta a vida dessas pessoas. Saúde não é apenas a falta de doença, mas também é qualidade de vida e condição de vida, e vocês são responsáveis por ajudar a identificar os elementos que nós precisamos mudar nas nossas comunidades, nos nossos territórios, para que tenhamos saúde. Ninguém cumpre esse papel de maneira mais exemplar do que os agentes comunitários de saúde, os agentes de endemias e os agentes de vigilância em saúde,

Portanto, a revogação dessa portaria é fundamental para fortalecermos o Sistema Único de Saúde, para o fortalecimento das ações da atenção básica e das equipes de Saúde da Família. A retirada da obrigatoriedade dos agentes comunitários das equipes de Saúde da Família é um grande retrocesso para o Sistema Único de Saúde.

Eu quero frisar que isso não significa o enfrentamento com os companheiros da enfermagem. Na verdade, acho que as duas categorias têm ações complementares nesse processo, e nós, como uma escola que faz formação em saúde, entendemos



também o papel cumprido pelos profissionais da área da enfermagem. Mas o papel cumprido pelo agente comunitário de saúde e pelo agente de endemias não pode ser substituído pelos profissionais da área de enfermagem. *(Palmas.)*

Acho que nós precisamos inclusive garantir que nós estamos trabalhando pelo fortalecimento da equipe no seu conjunto, pelo fortalecimento e pela importância do trabalho dos profissionais da área de enfermagem, e que juntos defendemos, na verdade, a população, os direitos da população e o Sistema Único de Saúde.

Penso que um dos elementos que aparece como justificativa para a emissão dessa portaria, que é o argumento de aumentar a resolutividade das equipes da Saúde da Família, tem que ser alcançado não apenas com a retirada da obrigatoriedade dos agentes comunitários desse processo, mas também com a formação completa que vocês precisam ter nas três etapas da formação técnica. *(Palmas.)*

Nós sabemos como vocês lutam há muito tempo para garantir que essa formação técnica seja feita de forma integral. Em alguns espaços, em muitos lugares, conseguimos até avançar na construção da primeira etapa dessa formação, mas é preciso fazer essa formação integral. É isso que vai ajudar e vai garantir a maior resolutividade nas equipes de Saúde da Família, com a presença obrigatoriamente de vocês. *(Palmas.)*

Eu não vou me estender, para que ainda possamos tentar garantir o espaço de fala para o Plenário, mas gostaria de frisar que nós da Fundação Oswaldo Cruz, na figura da Escola Politécnica, nos posicionamos publicamente desde que as portarias foram publicadas. Mas não só nós como também na Fundação, a Escola Nacional de Saúde Pública e a Escola de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro se posicionaram, dois grupos de trabalho da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, o que trata da educação popular e todos os que compõem as coordenações de pós-graduação, também se pronunciaram publicamente contrários a essas portarias e pedem imediatamente a sua revogação, assim como diversos movimentos organizados, fóruns e entidades que defendem a saúde pública integral.

O que a saúde precisa é de mais recursos, mais agentes comunitários, mais agentes de endemias. Tenho certeza de que nós vamos conseguir trabalhar para revogar essas portarias. *(Palmas.)*



Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Deputado. Eu fico muito feliz de ver todos vocês aqui mobilizados. Eu tenho certeza de que a mobilização de vocês, como sempre, surtirá o efeito que nós queremos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Agradeço ao Dr. Paulo César Ribeiro, representante da FIOCRUZ, que sempre tem contribuído para o desenvolvimento da saúde pública no nosso País, a manifestação.

Passo a palavra para o Presidente da Federação Nacional dos Agentes Comunitários da Saúde, Fernando Cândido do Nascimento.

O SR. FERNANDO CÂNDIDO DO NASCIMENTO - Boa tarde, companheiros e companheiras. Saúdo a Mesa, o Dr. Paulo, a Ilda, a quem parablenzo pelo brilhante discurso, o Deputado Valtenir Pereira, que tem uma trajetória de mandato voltado para a luta dos agentes, e o Deputado Raimundo Gomes de Matos. Saúdo também a representante do Ministério da Saúde, a Ruth Brilhante, que está ali um pouco debilitada, mas está marcando presença. Quero saudar de forma especial todos os que estão aqui presentes, os que estão lotando os plenários das outras Comissões, e os que estão lá fora dando, mais uma vez, o exemplo de luta, de garra, mostrando que estão dispostos a continuar lutando para garantir dias melhores. (*Palmas.*)

Permitam-me registrar a presença do companheiro Romário, do Espírito Santo; da Vanhinha e do Nei, de Minas Gerais; do Leocides e do Eurípedes, de Goiás; do Jean, do Rio Grande do Norte; do companheiro Jorge, do SINDACS de Pernambuco; do Cláudio, nosso Diretor Financeiro, Presidente do SINDACS do Ceará; do Sindicato de Florianópolis; dos servidores do Ministério da Saúde de Mato Grosso do Sul; e dos companheiros da Paraíba e do Pará. (*Palmas.*)

Seria redundante ou repetitivo falar da importância dessa categoria, uma categoria que é reconhecida por lei federal e pela sociedade e que faz parte de uma estratégia de saúde consolidada no País que, sem ela, jamais daria certo.

O ex-Ministro interino Agenor Álvares talvez tenha cometido o maior desatino de toda a sua vida: nos poucos dias em que passou à frente do Ministério da Saúde, ele cometeu um crime para com a saúde da população e um assassinato à Emenda nº 51. Deputado Valtenir, V.Exa. sabe o que alguns Prefeitos de Minas Gerais e de São Paulo estão dizendo aos sindicatos? "*Se vocês insistirem em querer ser efetivados, vou trocá-*



los por técnicos de enfermagem". Isso é um retrocesso! Essa portaria representa o desmonte dessa estratégia de saúde da família. Nós não vamos permitir isso, em hipótese alguma. Não abriremos mão da imediata revogação das Portarias nºs 958 e 959, mesmo que seja pelo PDC, que é um instrumento jurídico usado pelo Poder Legislativo.

Vamos acompanhar o andamento dele, vamos nos articular e fazer pressão nesta Casa. E não podemos descartar, de forma alguma, a possibilidade de uma greve geral, de ocuparmos as sedes dos COSEMS das capitais. Se o CONASEMS quer fazer o enfrentamento, nós vamos fazê-lo, porque nós sabemos fazer. *(Palmas.)*

E deixo aqui lida a proposta: se na audiência que teremos hoje com o Ministro da Saúde não conseguirmos a imediata revogação da portaria, nós vamos nos reunir para discutir uma greve geral e a ocupação das sedes dos COSEMS das capitais. Se eles não querem que nós trabalhemos, também não vamos permitir que eles trabalhem. *(Palmas.)*

Tudo isto é extremamente importante: essa luta, essa garra. Sabemos de todas as dificuldades que cada um e cada uma enfrentou para estar aqui para lutar pela revogação dessa portaria. Mas não podemos, em momento algum, perder de vista a necessidade do reajuste do piso! Talvez essa seja uma estratégia para desvirtuar e desviar a nossa atenção de uma coisa que é muito importante: o reajuste do piso que está deteriorado há 2 anos pela inflação. Não vamos admitir isso. A luta tem que ser paralela, pela revogação das Portarias nºs 958 e 959 e pelo reajuste do piso.

A CONACS estava conosco na reunião do Ministério da Saúde, quando os técnicos apresentaram os valores que são investidos nas duas categorias, de agente comunitário e de agente de endemias, e os impactos e os impactos que causaria o reajuste pelo IPCA dos últimos 24 meses, Dra. Anne. Vocês sabem quanto daria o reajuste de aproximadamente 18%, que seria o IPCA dos últimos 24 meses? Daria apenas pouco mais de 700 milhões de reais anuais. Se dividirmos esse valor por 12 meses, não dá 60 milhões de reais. Então, para o orçamento de um Ministério da Saúde que chega a mais de 90 bilhões de reais, valor irrisório, não representa nada! Se compararmos esses 800 milhões de reais, com o reajuste que foi dado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, que causará um impacto de 58 bilhões, veremos que o reajuste dessas duas categorias não representa nada!

Portanto, com base nos valores e nos dados apresentados pelo próprio Ministério da Saúde, nós não vamos abrir mão do reajuste do piso. E hoje temos que sair daqui com



a revogação dessas portarias, para termos mais fôlego ainda para lutarmos por esse reajuste.

Dada a hora, serei breve, antes quero lembrar o falecimento da companheira Raquel, Presidenta do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Acre. Gostaria de pedir 1 minuto de silêncio para lembrarmos de todos aqueles que lutaram por dias melhores, mas que neste momento não estão conosco. *(O Plenário presta a homenagem solicitada.) (Palmas.)*

Obrigado!

Para concluir, gostaria de convocar todos e todas para irmos para frente do Ministério da Saúde aguardar o resultado da audiência com o Ministro Ricardo Barros. A Federação Nacional dos Agentes Comunitários e dos Agentes de Endemias tem na sua filosofia de trabalho estabelecer o diálogo, sempre priorizando o entendimento. Acreditamos que o Ministro, em hipótese alguma, será relutante em revogar a portaria, até porque já se tem conhecimento do poder da mobilização que conseguimos trazer até aqui.

É importante vocês estarem em frente do Ministério da Saúde e é importante também, Ilda, que lá cobremos do Ministro Ricardo Barros a imediata ativação do grupo de trabalho que foi instituído por portaria para podermos realizar um debate concreto a respeito do reajuste do piso. Está certo?

Deixo meu abraço carinhoso, do fundo do coração. Até a próxima oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Valtenir Pereira. Bloco/PMDB - MT) - Pessoal, nós já estamos quase encerrando. Aguardem um pouquinho.

Vou passar a palavra agora à Presidente da CONACS, a Ilda Angélica Correia, que tem alguns informes a dar. Em seguida, vou encaminhar para o encerramento da reunião.

A SRA. ILDA ANGÉLICA CORREIA - Pessoal, estamos quase chegando ao fim da nossa audiência, não do dia, porque o dia, para nós, será longo! Nós não temos hora...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EDNA - Meu nome é Edna. Eu sou agente de saúde há 12 anos. Eu vim lá de Minas Gerais. E quero dizer que os que faltaram aqui hoje é porque sabem que erraram conosco. Eles estão cometendo um assassinato, deixando as nossas comunidades órfãs. Nós quem somos mães e pais adotivos daquele povo. *(Palmas.)*



A SRA. ILDA ANGÉLICA CORREIA - Muito bem, companheira!

A SRA. EDNA - Um agente de saúde faz a diferença lá na comunidade! Quando um homem que está com a perna ferida há 13 anos, e ninguém cuida, ele vai ao agente de saúde e esse agente diz: *"Eu vou te adotar."* (Palmas.)

A SRA. ILDA ANGÉLICA CORREIA - Muito bem! Valeu, companheira! Deixe-me dar alguns informes a vocês, aproveitando que estamos podendo falar ao microfone.

A audiência estava garantida para nós até o meio-dia, e já são 12h13min. Por conta disso, não teremos condição de abrir espaço para inscrições do Plenário. Mas o dia não se encerra para nós. Não temos hora para sair daqui hoje. À tarde, iremos ao Ministério da Saúde, mais uma vez, repito, ordeiramente, enquanto os representantes serão recebidos pelo Ministro da Saúde. Os demais irão se comportar ordeiramente do lado de fora e ficar aguardando. Ao sair de lá, iremos repassar a vocês tudo o que aconteceu dentro da reunião.

Calma! Ninguém vai ainda, por favor! Calma! Não encerramos ainda, gente! Esperem 1 minuto, o.k.?

Desde já, eu gostaria de fazer meus agradecimentos às delegações da Bahia, do Pará, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Goiás, de Tocantins, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Santa Catarina, do Ceará — sou eu!, do Maranhão, do Piauí, da Paraíba, de Pernambuco, de Sergipe, do Rio Grande do Norte, de Alagoas. (Palmas.)

Gostaria de, com a permissão de vocês, passar a palavra à Dra. Elaine, nossa assessora jurídica, para fazer alguns encaminhamentos.

A SRA. ELAINE - Bom dia, pessoal. Primeiro, quero agradecer a sustentação que vocês dão ao nosso trabalho todas as semanas que estamos aqui. Para que haja uma audiência como esta, não basta simplesmente ligar aqui e pedir uma audiência pública. Existe toda uma preparação e uma coordenação por trás. Isso não cai de paraquedas. Nesse sentido, eu gostaria de pedir a atenção dos colegas que estão saindo, porque darei alguns informes importantes.

Inicialmente, quero agradecer à Comissão de Seguridade Social, aos seus servidores, em nome do Rubens e da Cláudia, e à Presidente da Comissão, a Deputada Conceição Sampaio. Nós temos na Comissão o reflexo do nosso apoio no Congresso. Precisamos do apoio dos senhores, para que os nossos PDCs possam surtir o efeito necessário, que é a revogação dessas portarias, caso o Governo não tome essa iniciativa



de imediato. Se a portaria não tem efeito, e este foi suspenso, em primeiro lugar, digo que ele não foi suspenso. Segundo o Ministério da Saúde e o CONASEMS, ela simplesmente não é autoaplicável. O Conselho Nacional de Saúde não esteve presente porque enviou um ofício informando não ter conhecimento de causa para discutir o assunto aqui — o Conselho Nacional de Saúde. *(Manifestação na plateia.)*

Vejam, nós não temos nenhuma dúvida de que se o Governo, o CONASS e o CONASEMS querem discutir e rediscutir o modelo de assistência e a forma de se fazer saúde no nosso País, que isso seja feito então com essas portarias revogadas. Estamos aqui para discutir isso. Mas eu gostaria de me dirigir aos colegas aqui presentes, aos colegas que estão nos 16 plenários assistindo agora à nossa reunião, para dar o meu muito obrigada pela sua adesão e lhes dar parabéns pela sua união.

Acima da nossa vontade está a vontade de Deus; acima do nosso conhecimento está a sabedoria de Deus conduzindo a nossa reunião desta tarde. Vocês podem ir almoçar, e depois, às 14 horas, iremos nos concentrar na porta do Ministério da Saúde para aguardar a audiência com o Ministro. Convido os nossos Deputados para que estejam lá conosco. Em paz, de forma pacífica, nossos representantes serão recebidos. Vamos aguardar a deliberação do Ministério e as notícias, que, se Deus quiser, trarão novidades da reunião.

Agora convido todos os presentes e os que estão nos plenários a ficarem de pé, e, com as mãos unidas, a fazer a oração do Pai Nosso. *(É feita a oração do Pai Nosso.)*
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Gomes de Matos. PSDB - CE) - Dessa forma, dou como encerrada a presente audiência pública, agradecendo a todas as delegações do nosso País, assim como os Parlamentares que aqui se posicionaram e os nossos convidados, a participação.

Vamos à luta! Parabéns! Até outra oportunidade. *(Palmas.)*